



**POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS**

**PROFICIÊNCIA EM LÍNGUA INGLESA DO POLICIAL MILITAR NO DISTRITO
FEDERAL**

Autora: CAD PM Laís Alves Costa Monteiro
Orientador: MAJ QOPM Leandro Rodrigues Doroteu – Mestre
Coorientador: MAJ QOPM Márcio Julio da Silva Mattos - Doutor

Brasília/DF
2021



LAÍS ALVES COSTA MONTEIRO

**PROFICIÊNCIA EM LÍNGUA INGLESA DO POLICIAL MILITAR DO DISTRITO
FEDERAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Ciências Policiais do Instituto Superior de Ciências Policiais, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Policiais.

Orientador: Me. Leandro Rodrigues Doroteu
(Major PMDF)

Coorientador: Dr. Márcio Julio da Silva Mattos
(Major PMDF)

Brasília/DF
2021

LAÍS ALVES COSTA MONTEIRO

**PROFICIÊNCIA EM LÍNGUA INGLESA DO POLICIAL MILITAR DO DISTRITO
FEDERAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Ciências Policiais do Instituto Superior de Ciências Policiais, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Policiais.

BANCA EXAMINADORA

Professor Orientador: Me. Leandro Rodrigues Doroteu (Major PMDF)

Professor Coorientador: Dr. Márcio Julio da Silva Mattos (Major PMDF)

Examinador Externo: Rodrigo Camargo Campos (Major PMDF)

Dedico este trabalho ao meu amado irmão **Murilo Filho**. Não veste a farda, mas é um verdadeiro guerreiro: lutou bravamente pela vida e venceu! A você, todo meu amor e carinho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os policiais militares do Distrito Federal que participaram desta pesquisa, pela valiosa colaboração.

Em especial, ao Major QOPM Leandro Rodrigues Doroteu e ao Major QOPM Márcio Júlio da Silva Mattos, que contribuíram para a condução deste trabalho.

Ao Senhor Comandante do 5º Batalhão agradeço pelos bons préstimos em fornecer informações relevantes para esta pesquisa.

Aos meus colegas da 22ª Turma, pela oportunidade de reafirmar os valores da amizade, lealdade, honestidade e justiça.

Ao meu pai, mãe e Murilinho por todo amor e apoio que me dão. Vocês são meu esteio.

A Deus, minha força diária para continuar buscando tornar-me melhor como pessoa, filha, irmã e policial militar.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo investigar as necessidades de uso da Língua Inglesa no contexto ocupacional do policial militar do Distrito Federal, partindo do conceito de inglês como “língua global” (CRYSTAL, 1997), utilizada por milhares de falantes nativos e não-nativos pelo mundo. A pesquisa é de base qualitativa, com o referencial metodológico do Estudo de Caso, conforme Stake (1998, 2020), Yin (2005), Gil (2010) e Dörnyei (2011), aplicando a triangulação como fundamento lógico para operar múltiplas fontes de evidências. A autora consultou documentos oficiais, dentre eles, a Classificação Brasileira de Ocupações fornecida pelo Ministério do Trabalho e Emprego e a Matriz Curricular Nacional para a formação de profissionais de Segurança Pública elaborada pelo Ministério da Justiça, bem como aplicou questionários para levantamento do perfil dos policiais militares participantes e mapeamento das tarefas que demandam comunicação em língua inglesa. A investigação resultou no desenvolvimento do Plano de Ensino do Curso de “Inglês para a Polícia Militar” como uma das possíveis soluções para elevar a proficiência em língua inglesa do policial militar. A pesquisadora elaborou o documento com base nos preceitos da abordagem de ensino de Inglês para Fins Específicos, conforme Hutchinson e Waters (1987) e Dudley-Evans e St. John (1998). A maioria dos participantes possui experiência em radiopatrulhamento (80%), já teve contato com o idioma na profissão policial militar (60%) e 83,9% tem interesse em frequentar um curso de inglês para a polícia militar. Foi identificada a necessidade de se ensinar o idioma para a situação de rotina da atividade policial, enfocando a conversação (falar e ouvir em inglês) em contextos de interação com pessoas estrangeiras tanto em ocorrências, grandes eventos, como também em missões de cooperação com agências internacionais. Os resultados da investigação poderão informar decisões relacionadas ao planejamento e implementação de programas de ensino do idioma na corporação, além de parcerias com universidades e escolas de idiomas, programas de incentivo à especialização linguística e utilização de tecnologia que auxilie na comunicação em inglês. Por óbvio, descortina os desafios que a corporação enfrentará na empreitada, sem perder de vista a importância da efetiva comunicação com estrangeiros na capital federal na medida em que colabora para a prevenção e repressão de crimes, esforço que se alinha à identidade estratégica da corporação.

Palavras-chave: Inglês para Fins Específicos. Inglês para a Polícia Militar. Desenvolvimento de curso.

ABSTRACT

This work aims to investigate English language needs in the occupational context of police officers from Federal District Police Department, based on the concept of English as “a global language” (CRYSTAL, 1997), widely used by millions of native and non native speakers around the world. It was carried out a qualitative research, based on the methodological framework of Case Study, according to Stake (1998, 2020), Yin (2005), Gil (2010) and Dörnyei (2011), applying the triangulation as a logical basis for operating multiple sources of evidences (Yin, 2005, P. 125). The author collected data from official documents from the Justice Department and the Labour Department, as well as Applied questionnaires and interviews to police officers in order to identify target situation tasks demanding the use of English, participants profile and learning needs. As a result, this work provides an outline of the English for the Police course syllabus as a possible solution to raise proficiency in English language among police officers, as long as it intends to prepare them for real life communication in their jobs. The researcher designed the course based on the concepts of English For Specific Purposes approach, according to Hutchinson e Waters (1987) and Dudley-Evans e St. John (1998). The majority of participants have experience in motorized patrol (80%); previous contact with the english language when performing police activities (60%) and interest in undergoing a course of english for the police (83,9%). The results showed the need to develop conversation skills in english focusing on interaction between police officers and foreign individuals in the context of police work. Furthermore, the outcomes may be used to inform decisions related to the planning and implementation of English language teaching programs in the organization, besides partnerships with universities and language schools, programs to encourage linguistic specialization as well as the use of technology to support communication in English language. Obviously, it brings about the challenges that the organization will face in the undertaking, without losing sight the importance of effective communication with foreigners in the Federal District, to the extent that it contributes to the prevention of crimes, effort aligned to the Federal District Police Department’s strategic identity.

Keywords: English for Specific Purposes. English for the Police. Syllabus design.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Continuum dos cursos de inglês para fins específicos	23
Figura 2 - Áreas Temáticas da MCN	25
Figura 3 – Eixos articuladores da MCN	25
Figura 4- Desdobramento das competências	26

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Distribuição das perguntas do questionário por tipo de informação requerida	33
Quadro 2 - Condições gerais de exercício dos Oficiais e Praças da Polícia Militar, conforme a Classificação Brasileira de Ocupações (MTE, 2002).....	35
Quadro 3 - Descrição das atividades dos policiais militares (Fonte: Classificação Brasileira de Ocupações - MTE).....	36
Quadro 4 - Tarefas desempenhadas pelas praças da polícia militar utilizando a língua inglesa	38
Quadro 5 - Tarefas desempenhadas pelos oficiais da polícia militar utilizando a língua inglesa	39

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Participantes por gênero	40
Tabela 2 – Faixa etária	40
Tabela 3 – Posto/Graduação	41
Tabela 4 – Formação Acadêmica	41
Tabela 5 – Tempo de serviço como policial militar	42
Tabela 6 – Funções que exerce ou já exerceu	42
Tabela 7 – Idiomas que fala	42
Tabela 8 – Já estudou ou estuda inglês em qual modalidade.....	43
Tabela 9 – Possui alguma certificação em língua inglesa	43
Tabela 10 – Habilidade que oferece mais dificuldade em inglês	43
Tabela 11 – Contato com o idioma na atividade policial militar	44
Tabela 12 – Acredita que o policial deve saber inglês?	44
Tabela 13 – Interesse e motivação para aprender inglês	44
Tabela 14 – Quanto tempo dispõe para estudar inglês	45
Tabela 15 – Interesse em frequentar um curso de inglês para policiais	45
Tabela 16 – Conhece ou utiliza aplicativos que o auxiliem a comunicar em outro idioma	45
Tabela 17 – Interesse em aprender outros idiomas	46

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APMB	Academia de Polícia Militar de Brasília
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CNig	Conselho Nacional de Imigração
IMDH	Instituto Migrações e Direitos Humanos
MCN	Matriz Curricular Nacional para a formação de profissionais de Segurança Pública
NEPPE	Núcleo de Ensino e Pesquisa em Português para Estrangeiros
OBMigra	Observatório das Migrações Internacionais
PMDF	Polícia Militar do Distrito Federal

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
1.1 POLÍCIA MILITAR E DIVERSIDADE LINGUÍSTICA.....	14
1.2 INGLÊS COMO LÍNGUA GLOBAL	19
1.3 ENSINO E APRENDIZAGEM DE INGLÊS	20
1.4 FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA	23
2 METODOLOGIA.....	29
2.1 NATUREZA DA INVESTIGAÇÃO	29
2.2 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO: ESTUDO DE CASO.....	29
2.3 CONTEXTO.....	31
2.3.1 Participantes	31
2.3.2 Fontes documentais	32
2.4 INSTRUMENTO E PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS	32
2.5 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DOS DADOS	33
3 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	34
3.1 MAPEAMENTO DAS NECESSIDADES	34
3.1.1 A profissão policial militar	35
3.1.2 Tarefas da situação-alvo utilizando a Língua Inglesa	38
3.1.3 Percepção dos participantes	40
3.2 PROPOSTA DE EMENTA E PLANO DE ENSINO DO CURSO DE INGLÊS PARA A POLÍCIA MILITAR	46
3.2.1 Do plano de ensino.....	46
3.2.2 Da ementa do curso	48
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIAS	50
APÊNDICE A – Plano de Ensino do Curso de Inglês para a Polícia Militar.....	53
APÊNDICE B – Ementa do Curso de Inglês para a Polícia Militar.....	55

INTRODUÇÃO

A Polícia Militar do Distrito Federal é responsável pelo policiamento ostensivo e preservação da ordem pública em todo o Distrito Federal, onde estão instaladas embaixadas de diversos países e inúmeros escritórios de organismos internacionais. Sua área de atuação é sede de grandes eventos, destino de grande fluxo de turistas estrangeiros e, mais recentemente, de refugiados de diversos países que procuram cada vez mais se estabelecer na região do entorno. Tal densidade de turistas, imigrantes e refugiados no DF agrega multiplicidade linguística, cultural e étnica, impondo desafios para o policial que atende essa comunidade específica no cotidiano do seu serviço. Nesse sentido, o Plano Estratégico da Polícia Militar do Distrito Federal para os anos de 2011 a 2022 preconiza, como perspectiva do aprendizado e crescimento da corporação, o desenvolvimento e implementação de programas de capacitação de policiais militares em línguas estrangeiras para atuação em grandes eventos e segurança de turistas, bem como para atuação em representações diplomáticas e organismos internacionais (PMDF, 2011, p. 39).

Desde a primeira edição do Plano Estratégico da PMDF, houve, na corporação, caso pontual de capacitação do efetivo em língua inglesa no ano de 2013, no convênio¹ celebrado entre a União, por intermédio do Ministério da Justiça, e o Distrito Federal, através da Secretaria de Segurança Pública, tendo como objeto a Capacitação de Profissionais e reaparelhamento das instituições de ensino da Secretaria de Segurança Pública para a Copa do Mundo de 2014. Como iniciativa deste convênio, houve a oferta do “Curso presencial intensivo de conversação na língua inglesa”, com duração de dois meses, do qual participaram policiais militares da PMDF. Desde então, o incentivo à capacitação linguística tem se dado por meio do convênio entre Secretaria de Segurança Pública e institutos de idiomas do Distrito Federal, que oferecem descontos significativos em suas mensalidades aos profissionais de segurança pública. No âmbito interno à PMDF, atualmente não há previsão de implementação de programas de capacitação linguística na corporação, representando uma importante lacuna de pesquisa. Diante dessa lacuna, questiona-se de que forma a PMDF pode contribuir para a proficiência em língua inglesa do policial militar, de modo que este possa estabelecer uma comunicação efetiva em língua inglesa durante o serviço, em grandes eventos e em missões em organismos internacionais?

O domínio do idioma pelos policiais militares do Distrito Federal amplia a

¹ Convênio nº 749.712/2010, SENASP/MJ.

possibilidade de interação e obtenção de informações do público estrangeiro em operações de policiamento ostensivo. Particularmente, a aproximação com refugiados e imigrantes, especialmente os vulneráveis, ajuda a integrar o policial como agente social no combate a crimes transnacionais, como, por exemplo, o tráfico de seres humanos (TSH). Considerado atentado contra a humanidade, uma das mais modernas formas de violação dos direitos fundamentais, seja para comércio ilegal de órgãos, como para trabalho escravo e exploração sexual, o TSH é difícil de ser identificado, conforme a Cartilha da Secretaria Nacional de Justiça,

a capacidade de articulação das organizações criminosas dificulta sobremaneira o enfrentamento a esse crime hediondo, tornando o comércio de humanos o terceiro negócio ilícito mais rentável no mundo, superado apenas pelo tráfico de drogas e contrabando de armas. [...] Há dificuldades comuns a todos os países, algumas inerentes ao TSH – como a invisibilidade, o não reconhecimento da vítima a respeito desta sua condição e sua desconfiança quanto aos órgãos de repressão, complexidade do delito, superposição de redes de tráfico e redes de migração — e outras decorrentes do fato de se tratar de crime transnacional, que exige a cooperação policial e jurídica, nacional e internacional. (BRASIL, 2013, p. 2018)

Para enfrentar as barreiras linguísticas da comunidade de refugiados e oportunizar o acesso à língua portuguesa, a Universidade de Brasília tem oferecido, por meio do Programa Acolher, um curso de português para estrangeiros. O Núcleo de Ensino e Pesquisa em Português para Estrangeiros (NEPPE), da Universidade de Brasília, possui um Módulo de Acolhimento, fruto da parceria entre o núcleo e Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH) oferecido gratuitamente àqueles que comprovarem estar na situação de refugiados, consistindo em três aulas semanais de duas horas durante dois meses. Por outro lado, a situação delicada em que vive grande parte dos imigrantes, sobretudo aqueles que solicitam o reconhecimento da situação de refugiados, faz com que, temerosos de perder seu registro, muitos tenham receio de se expressar e se expor, agravando ainda mais sua situação de vulnerabilidade. Nesse sentido, o policial militar que no dia a dia de seu serviço tem contato com estrangeiros, ao desenvolver uma relação com essa comunidade, pode contribuir para identificação, prevenção e repressão de crimes. Estabelecer uma comunicação satisfatória com grupos estrangeiros vulneráveis é socialmente relevante uma vez que aproxima o policial militar da comunidade estrangeira, proporcionando o aumento da sensação de segurança, promovendo a qualidade da prestação de segurança pública a essa comunidade específica, além da possibilidade de ampliação da rede de prevenção e repressão a crimes transnacionais.

O empenho em propor uma alternativa que contribua com a proficiência em língua inglesa do policial militar do Distrito Federal atende ao interesse da corporação em manter seu efetivo altamente qualificado, igualmente contribuindo para que se ampliem as possibilidades

de êxito nos exames de habilitação a missões e cursos no Exterior dentro das áreas de interesse da Corporação.

Buscando trazer contribuições que informem pesquisas sobre a formação linguística de policiais militares, o presente estudo pretende investigar as necessidades de uso do idioma inglês, no contexto ocupacional do policial militar, partindo do conceito de inglês como “língua global” (CRYSTAL, 2003, p. 9), utilizada por falantes nativos ou não nativos como meio de comunicação para superar barreiras culturais e linguísticas. Como resultado, o presente trabalho apresenta uma proposta de plano de ensino e ementa do curso de inglês para polícia militar que contribua para elevar a proficiência em língua inglesa do policial militar para situações reais de uso, que preparem ou auxiliem o policial em campo para a comunicação em inglês durante uma ocorrência, diplomática ou não, bem como em missões em organismos internacionais.

A pesquisa é de base qualitativa, com o referencial metodológico do Estudo de Caso, conforme Stake (1998, 2020), Yin (2005), Gil (2010) e Dörnyei (2011), aplicando a triangulação como fundamento lógico para operar fontes múltiplas de evidências (Yin, 2005, p. 125). Os resultados obtidos, os quais subsidiaram o desenvolvimento do plano de ensino e da ementa do curso de inglês para polícia militar, produto proposto no presente trabalho, poderão informar decisões relacionadas ao planejamento e implementação de programas de ensino do idioma direcionados para o efetivo da corporação, além de parcerias com universidades e escolas de idiomas, programas de incentivo à especialização linguística e utilização de tecnologia que auxilie na comunicação em inglês. Por óbvio, a presente investigação descortina os desafios que a corporação enfrentará na empreitada, sem perder de vista a importância da efetiva comunicação com estrangeiros na capital federal na medida em que colabora para a prevenção e repressão de crimes, esforço que se alinha à identidade estratégica da corporação, cuja visão é

“ser reconhecida como instituição policial moderna e de referência nacional na prevenção e na repressão imediata da criminalidade e da violência, pautada na defesa e respeito aos direitos humanos, na filosofia de policiamento comunitário, na análise criminal, no policiamento orientado para o problema e na qualidade profissional de seus integrantes” (PMDF, 2011, p. 1)

No âmbito profissional, a pesquisa contribui para a formação linguística de policiais, propondo um curso que desenvolva competências comunicativas no idioma como a aquisição de vocabulário, técnicas de conversação e apropriação de estratégias de comunicação, como paráfrase, aproximação, circunlóquio, perguntas de checagem e negociação de significados.

No contexto institucional, o ensino de inglês para policiais militares que atenda às

necessidades de uso do idioma no contexto ocupacional contribui para que a corporação se aproxime cada vez mais da comunidade estrangeira no DF, dentro do propósito da Polícia Comunitária, além de ampliar a possibilidade de candidatura de policiais da corporação a cursos/estágios e missões no exterior e acesso/produção de literatura na área.

No contexto acadêmico, por sua vez, a pesquisa preenche uma lacuna de pesquisa sobre a formação linguística de policiais militares no Brasil. Em pesquisa realizada nos diretórios acadêmicos de universidades brasileiras, por meio do site de buscas *Google Acadêmico*, bem como em bancos de testes e grupos de pesquisa cadastrados no CNPq, verifica-se a escassez de pesquisas científicas que enderecem questões relacionadas a formação linguística de policiais. Na área, pode-se citar um artigo escrito por Alexandre António Timbane, publicado em 2018, sobre a relevância do ensino de Línguas Estrangeiras para policiais em Moçambique, buscando demonstrar como o domínio de línguas estrangeiras tem impacto positivo no desempenho policial.

Com o intuito de melhor organizar as informações de pesquisa, esta monografia está dividida em quatro seções. Na primeira, denominada “Fundamentação Teórica”, faz-se uma apreciação geral do problema, apontando para a importância da proficiência linguística em inglês do policial militar do Distrito Federal. São informadas as principais características da cidade de Brasília, no que tange à sua população estrangeira e ao fluxo de turistas. Faz-se um apanhado das práticas adotadas nas corporações, sobretudo americanas, onde há grande diversidade linguística de imigrantes em seu território. Ademais, nessa seção, são apresentados os principais conceitos teóricos relacionados ao ensino de língua inglesa e formação de profissionais de segurança pública

Na segunda seção, intitulada “Metodologia”, descrevem-se os principais aspectos metodológicos da pesquisa. A seção 3, “Apresentação e Discussão dos Resultados”, apresenta os principais achados da investigação e descreve o produto que propõe como solução para o problema de pesquisa. Por fim, a quarta seção traz as principais conclusões da investigadora a respeito dos resultados da pesquisa, suas principais contribuições, bem como o delineamento de suas limitações, sugerindo questões para pesquisas futuras.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A presente investigação parte do preceito constitucional de Segurança Pública como dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, conforme preconizado no artigo 144, da Constituição Federal de 1988. A polícia militar tem por competência constitucional realizar o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública, conforme estabelecido na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988, p. 15). Conforme o Ministério de Justiça (2014, p. 15), os currículos e agendas sobre formação dos profissionais de segurança pública recomendam ações de treinamento que contemplem, dentre outros aspectos, a atuação a partir de metodologias que orientem o enfoque comunitário, a colaboração e integração das ações de justiça e segurança, além do desenvolvimento de competências e habilidades que favoreçam um perfil profissional que seja capaz de comunicar-se de forma efetiva e relacionar-se com a comunidade e mediar conflitos. O fazer ostensivo da polícia militar se desenvolve em ambientes sociais e culturais altamente diversificados e em situações altamente dinâmicas e imprevisíveis. A diversidade linguística resultante dos movimentos migratórios e do fluxo de turistas ao redor do globo, impõe aos profissionais de segurança pública o desenvolvimento de competências que facilitem a interação com o público estrangeiro.

Esta seção faz uma apreciação sobre a população estrangeira no Distrito Federal, os desafios que a diversidade linguística impõe ao trabalho policial e as principais práticas adotadas por organizações policiais norte americanas para lidar com as diferenças linguísticas das comunidades às quais servem. Posto que a presente investigação focaliza a necessidade de uso da língua inglesa no contexto de trabalho dos policiais militares do Distrito Federal, propondo o desenvolvimento de um curso de inglês que atenda às necessidades específicas desses profissionais, recorre a um arcabouço teórico que concilia os principais preceitos da abordagem de Ensino de Inglês para Fins Específicos com o referencial metodológico da matriz curricular para a formação de profissionais de segurança pública, fornecida pelo Ministério da Justiça. Tais postulados teóricos são apresentados nesta seção.

1.1 POLÍCIA MILITAR E DIVERSIDADE LINGUÍSTICA

A polícia comunitária, sistema de policiamento adotado pela Polícia Militar do Distrito Federal, emprega primordialmente, como instrumento de ação, conforme Henriques (2010, p. 6), a mobilização social, entendida como processo comunicativo em que sujeitos interagem e dialogam em prol da segurança pública. Nesse sentido, é importante adotar abordagens de

aproximação com a comunidade. No paradigma de policiamento comunitário, estratégias de comunicação que operam no sentido de gerar entendimento entre polícia e cidadãos parecem ser um fator tão caro para a efetiva aproximação da polícia com a comunidade, sobretudo para a prevenção criminal, quanto o conhecimento da doutrina operacional e do ordenamento jurídico que rege a atuação policial. Nesse sentido, saber comunicar-se com a população é fundamental para o sucesso da atividade policial militar.

Levantamento estatístico de imigrantes e refugiados no Brasil realizado pela Polícia Federal por meio do programa Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra) em 2020, indica que o Distrito federal atualmente é a quarta unidade federativa que abriga o maior número de estrangeiros, contabilizados entre os anos de 2010 a 2018 em 21.627 pessoas, sendo aproximadamente 11.000 residentes permanentes. Particularmente, a Capital Federal, sede de 127 embaixadas e aproximadamente 30 escritórios de organismos internacionais, apresenta maior densidade de estrangeiros pelo fluxo turístico anual de mais de 38.000 turistas. Até 2010, havia 8.595 estrangeiros, naturalizados ou não, residindo do Distrito Federal (CODEPLAN, 2013, p. 70). O número mais que dobrou nos últimos dez anos. Grandes eventos, como Copa do Mundo e Olimpíadas abriram oportunidades de fluxos migratórios que despontaram desde 2014, acelerando o crescimento do fluxo de imigrantes para o DF, que já era superior à média nacional na década de 2000. A presença de estrangeiros das mais diversas regiões do globo traduz-se em diversidade linguística, cultural, étnica.

A maior demanda de interação com estrangeiros é vivenciada pelo efetivo do 5º Batalhão de Polícia Militar, Batalhão “Rio Branco”, que, após a reestruturação ocorrida em 2020, agregou o efetivo do Batalhão de Policiamento Turístico, responsável por atender boa parte da comunidade estrangeira de Brasília. A unidade dispõe de um efetivo, com percentual relativamente baixo de policiais que se comunicam em diversos idiomas – dos 131 policiais que servem no Batalhão, apenas 15 são proficientes em inglês. Outrossim, o uso do idioma inglês pelo policial militar também se aplica em casos de interações em abordagens com estrangeiros em outras regiões, onde muitas vezes o policial não se encontra preparado para estabelecer uma comunicação efetiva em inglês.

No Distrito Federal, a maior concentração de imigrantes, sobretudo os refugiados ou aqueles que solicitaram o reconhecimento como refugiados, reside nas regiões administrativas de Samambaia, Taguatinga, Varjão, Paranoá e Ceilândia, conforme o relatório do Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH, 2019, p. 46). Dentre os refugiados, figuram aproximadamente 200 Ganeses, cuja língua materna é, dentre outros dialetos africanos, a língua inglesa. Em 2017, o Conselho Nacional de Imigração (CNig) emitiu 4.801 autorizações para

reconhecimento de situação de refugiado, dos quais, a maioria 1.693 foi para o Distrito Federal. Senegal, Haiti e Gana estão dentre as nacionalidades com mais pedidos de reconhecimento. Os ganeses se concentram sobretudo na região administrativa de Samambaia, apelidada afetuosamente de “Samamgana”, onde também buscaram residência imigrantes de Bangladesh e Paquistão. Zanfaroli faz um traçado das motivações do fluxo migratório de muçulmanos para o Distrito Federal:

Um dos principais fatores que contribuem para um fluxo migratório recente para Brasília é a existência de uma fábrica da Sadia situada em Samambaia, região administrativa do DF. Esta empresa faz parte do setor de frigoríficos e, na qual frangos são abatidos segundo o método *halal*. [...] O mais relevante para esta discussão é salientar que, ademais das nacionalidades, nestes casos, são migrantes da religião muçulmana, condição fundamental para o abate halal e daí a abertura de um fluxo migratório de pessoas desta religião. Tendo em vista o conhecimento sobre essa situação e que, muito provavelmente, tal fluxo migratório esteja relacionado ao tráfico de pessoas, as restrições para a concessão de refúgios para cidadãos de Bangladesh, e também do Paquistão, de Gana e da Somália, têm crescido. [...] No caso em questão, a suspeita recai mais sobre a existência de tráfico ou contrabando de imigrantes, crime referente à ação de atravessadores responsáveis por viabilizar a entrada de pessoas em um país mediante pagamento de dinheiro, uma vez que esses migrantes não vieram forçados pelos traficantes, mas recorreram a eles como forma de facilitar a entrada no Brasil, nem estariam em situação de cárcere, nem de exploração. (ZANFAROLI, 2015, p. 169)

Hess, Orthmann e Cho alertam para a possibilidade de a barreira do idioma dificultar investigações e agravar situações difíceis. De acordo com Holt (2008 apud HESS; ORTHMANN e CHO, 2009, p. 44), “uma falha na comunicação entre policial e vítima ou suspeito pode deflagrar um conflito, atrasar uma ajuda necessária e agravar situações tensas”. Um exemplo perturbador de falha na comunicação envolvendo barreira linguística com consequências drásticas foi o caso “Robert Dziekanski”, ocorrido em 14 de outubro de 2007. Moore, em seu artigo “Lost without Translation” (2008, p. 105), relata o trágico caso do imigrante polaco que ficou retido no Serviço de Imigração do Aeroporto de Vancouver por mais de 10h. O estrangeiro, que havia iniciado o processo de emigração da Polônia para viver com sua mãe no Canadá, ficou retido no serviço de imigração do país de destino. Não sabia comunicar-se em inglês, não tinha acesso a intérprete ou telefone e não conseguiu contato com a mãe. Embora o processo de imigração já estivesse concluído em duas horas de sua chegada no aeroporto, Dziekanski ficou retido por mais trinta minutos em uma área restrita do aeroporto, vindo a demonstrar irritação com a situação, por meio de gestos e palavras em polonês, ao que os policiais da Polícia Montada Canadense foram acionados.

Os policiais não conseguiram se comunicar com o estrangeiro, que falava apenas seu idioma nativo, imobilizando-o com o uso de *taser*. O homem veio a falecer de ataque cardíaco

em decorrência das ondas elétricas da arma não letal pouco tempo após a abordagem. Mais tarde, descobriu-se que ele estava pedindo ajuda para que pudesse sair do aeroporto (uma vez que seu processo de imigração estava supostamente completo). Certamente, se alguém pudesse traduzir o que ele dizia diminuiria os riscos de uma falha na comunicação que custou sua vida. O caso ensejou a abertura do Inquérito Braidwood, que abriu questões para a polêmica do uso de *tasers* em abordagem, mas também traz uma importante reflexão acerca da importância da comunicação e necessidade de enfrentar a barreira do idioma.

Polícias dos Estados Unidos, onde há grande diversidade cultural e linguística de imigrantes, adotam algumas estratégias para superar eventuais barreiras. A Polícia de Wichita, no Kansas, encontrou o desafio de comunicar-se com a grande comunidade asiática que se instalou na região. A corporação mantém uma lista de 37 residentes fluentes em diversos idiomas, dentre eles o vietnamita e o laociano (MOORE, 2008, p. 107). No entanto, recrutar tradutores da comunidade esbarra em questões como sigilo e privacidade das ações policiais, bem como na falta de conhecimento na área policial, fundamental para a comunicação em contextos específicos de ocorrência e investigação.

A Polícia de Tulsa, em Oklahoma implementou o *Volunteers in Police Services*, denominado “VIPS”, um programa de integração de membros da comunidade falantes do espanhol (HESS; ORTHMANN e CHO, 2009, p. 45), os quais constroem vínculos de confiança com a população de origem hispânica cada vez mais crescente na província. Os voluntários se inscrevem ao programa, sendo submetidos a uma investigação minuciosa da vida pregressa, além de realizarem exames práticos, como *role-play* e simulação de cenários antes de serem admitidos ao programa.

Outro exemplo de iniciativa em estabelecer uma política de acesso ao idioma é verificada nas ações da Vera Institute of Justice, uma organização não-governamental de pesquisa em justiça criminal que desenvolveu o projeto denominado *Translating Justice* sobre imigração e justiça, com foco em agências de segurança pública na Califórnia, Nevada e Ohio, visando a desenvolver planos e políticas de acesso ao idioma adequadas à realidade de cada jurisdição. No relatório *Overcoming Language Barriers: Solutions for Law Enforcement* (SHAH; RAHMAN & KHASHU, 2007), a organização fornece orientações práticas para que agências de segurança pública abordem as barreiras linguísticas de acordo com as particularidades de sua área de atuação. As autoras do relatório citam os quatro fatores levantados pelo Departamento de Justiça para guiar políticas de acesso à língua: aspectos sociodemográficos da população atendida, frequência de contato com as pessoas não falantes do idioma oficial do país, além da natureza das interações com essas pessoas e os recursos da

agência (2007, p. 9). A implementação da política de acesso ao idioma prevê o estabelecimento de procedimentos para que policiais possam aprender a utilizar os serviços de assistência linguística em diferentes circunstâncias incluindo recebendo e respondendo chamados, realizar paradas de abordagem, conduzir investigações em campo, além de outras operações policiais. Além disso, deve se estabelecer um protocolo de treinamento de pessoal sobre a política e efetividade dos serviços de assistência em idiomas, além de informações sobre treinamento e certificação de intérpretes e pessoal bilíngue. O público também deve ser informado sobre os serviços de assistência linguística oferecido pelo departamento.

Outra possibilidade levantada por Hess, Orthmann e Cho (2014, p. 44) é aprender a língua falada pela população imigrante que frequenta/habita sua jurisdição. De acordo com os autores, as aulas tradicionais de idiomas não são necessariamente o ideais para este caso porquanto ensinam o inglês formal e “polido” e modalidades de escrita. Para os autores, no contexto de atuação policial, é necessário mais dominar um número pequeno de frases com aplicações específicas a situações de rua para manter controle até que um intérprete chegue ao local.

Dentre os materiais existentes no mercado que contemplam o ensino de inglês para policiais encontramos o título “English for Law Enforcement”, da Editora Macmillan e o livro “Inglês para Policial”, de Sérgio Carrera de Albuquerque Melo Neto. Enquanto o primeiro é um material didático monolíngue com recursos audiovisuais destinado à aplicação em cursos de inglês para profissionais de segurança pública (incluindo polícias militares, polícias investigativas, polícias de fronteira, “gendarmes”), o segundo é um manual bilíngue (Português/Inglês) com terminologia e frases relacionadas aos diversos cenários de atuação policial.

No prefácio do livro de Melo Neto, Eliel Teixeira, brasileiro, policial do Condado de Los Angeles, afirma que a comunicação é um instrumento poderoso e que deve ser utilizado da melhor forma pelos policiais em qualquer lugar, descrevendo a importância de se dominar a língua inglesa:

[...] hoje, policiais não lidam apenas com problemas em suas culturas nativas. Eles são compelidos a interagir com membros de outros países, com suas culturas e línguas diferentes, não só em suas jurisdições, ou seja, no dia a dia da execução da atividade policial em seu país, como também em ações humanitárias e de paz ao redor do mundo, quando são chamados a atuar em Missões de Paz para ajudar povos nas suas mais diversas necessidades e auxiliar no monitoramento, aconselhamento e treinamento das agências policiais locais. [...]

A habilidade do policial se comunicar com a população que serve, no seu país ou fora dele, é a essência que move a sua missão como guardião da ordem e da paz. Traduzimos, basicamente, como a forma característica do policial em conseguir a

empatia com as vítimas de crimes, extrair uma confissão de um meliante ou, até mesmo, conectar-se com a vizinhança que jurou proteger e server, mantendo com ela um estreito relacionamento em prol da segurança do cidadão. (MELO NETO, 2020, prefácio).

Como alternativa para superar barreiras linguísticas entre polícia e comunidade encontradas na literatura, este trabalho apresenta uma proposta de curso de inglês para a polícia militar que contempla as situações cotidianas do policial como ponto de partida, baseado no conceito de “inglês como língua global”, cunhado por David Crystal para descrever o *status* que a língua inglesa ocupa como meio de comunicação entre pessoas de diversas nacionalidades no mundo todo.

1.2 INGLÊS COMO LÍNGUA GLOBAL

David Crystal (2003) cunhou o termo “inglês como língua global”² para se referir à língua natural que conquistou um papel reconhecidamente relevante na comunicação entre pessoas de diversas nacionalidades, entre falantes nativos ou não do inglês. Para Crystal (2003, p. 9), uma língua não se torna global por causa de suas características intrínsecas ou pela dimensão do seu vocabulário, tampouco pelo seu número de falantes; esses são motivos pelos quais uma pessoa se interessa por aprender uma língua, como o Latim, por exemplo, mas não são suficientes para torná-la “global”. Ainda de acordo com o linguista, uma língua se torna internacional devido ao poder, sobretudo político e militar, que seu povo detém. Historicamente, o colonialismo britânico iniciou a propagação do idioma em vários continentes (América, Europa, África, Ásia e Oceania), com a expansão do Império Britânico iniciada no século XVI. Estima-se que, já naquela época, existiam mais de 250 milhões de falantes do inglês vivendo fora das ilhas britânicas. Ascendeu à posição de prestígio na medida em que foi reconhecida como língua oficial ou semioficial de vários países em todos os continentes do globo. Ademais, é a língua estrangeira de ensino obrigatório em inúmeros países, obviamente em decorrência do seu reconhecimento como língua de comunicação internacional, dos negócios, da tecnologia e da educação, sobretudo no período pós-Guerra. Com isso, o idioma ganhou o *status* global, conforme explica Crystal:

A explicação sócio-cultural considera a forma como as pessoas em todo o mundo, em diversos estratos da sociedade, vieram a depender do Inglês para seu bem-estar econômico e social. O idioma penetrou profundamente nos domínios internacionais da vida política, dos negócios, da segurança, comunicação, entretenimento, mídia e

² No inglês *English as a global language* (Crystal, 2003).

educação. A conveniência em se ter uma língua franca disponível para servir as relações e necessidades humanas globais tornou-se apreciada por milhões. (CRYSTAL, 2003, p. 29-30)

Conquistar o *status* de língua global significa deixar de pertencer mais aos seus falantes nativos. Conforme Crystal 2003, p. 173) os usuários não-nativos, que hoje superam o número de falantes nativos do inglês, detêm o poder de alterar, moldar e criar variantes da língua inglesa. Com o objetivo de “padronizar” o inglês global, Seidlhofer (2002) criou o projeto *English as a Lingua Franca*. Este projeto criou um modelo de língua de comunicação, simplificada, que tenha pontos em comum com a língua falada por não nativos. Para chegar ao modelo, a pesquisadora compilou um grande volume de registros orais e escritos do inglês falado por não nativos, objetivando comparar semelhanças e diferenças em relação ao inglês falado por nativos (*English as a Native Language*). Observou que o inglês utilizado por não nativos é pouco sofisticado. Obviamente, todas as línguas estão em constante mudança, sendo arriscado acreditar em um “modelo estático” de língua que possa ser empregado por pessoas do mundo todo, de culturas diferentes. No entanto, o projeto de Seidlhofer, mais do que propor um modelo de língua franca ou língua de comunicação global, ajuda a fornecer importantes informações sobre as características da linguagem falada por não nativos. Mais do que ensinar uma variante do inglês (inglês britânico, inglês americano, inglês sul-africano), recomenda-se o ensino que desenvolva competência em operar o inglês simplificado, que cumpra com o objetivo de estabelecer uma comunicação eficaz seja com quem for em qualquer lugar do mundo.

1.3 ENSINO E APRENDIZAGEM DE INGLÊS

Vygotsky (1987) interessava-se por investigar o desenvolvimento humano, sobretudo das funções mentais superiores. Em sua teoria, denominada sociocultural, da qual deriva a visão sócio-histórico-cultural de aprendizagem, a interação tem papel fundamental na ativação de processos que promovem o desenvolvimento. Conforme Ramos,

a “interação é uma ferramenta poderosa de aprendizagem (Vygotsky, 1987, 2000), pois é através dela que os indivíduos, em interação com outros e com o meio, são capazes de ‘colocar em movimento vários processos de desenvolvimento, que sem a ajuda externa, seriam impossíveis de ocorrer’” (RAMOS, 2004, p. 18)

Segundo Vygotsky (1987, p.11), o desenvolvimento das funções mentais superiores relacionadas à cognição não é produto do mero funcionamento biológico do ser humano. A

interação, mediada sobretudo pela linguagem, é que possibilita no homem desenvolver sua cognição. Dessa forma, tal visão de desenvolvimento pode ser considerada quando se pensa no processo de ensino-aprendizagem de línguas, devendo-se privilegiar um ensino que oportunize experiências de aprendizagem que contemplem a interação. Ainda de acordo com Vygotsky, a interação pode ocorrer no nível social, ou seja, entre pessoas, por exemplo: entre o aluno e seu professor, entre o aluno e outros alunos, bem como no nível individual, ou seja, do aluno consigo mesmo e do aluno com o material didático.

Importante ressaltar que, conforme Stetsenko e Arieviditch (2002), desenvolvimento não tem a ver com a mera aquisição de conhecimento ou de estruturas linguísticas. A visão de aprendizagem de uma língua estrangeira que esteja ligada à visão de desenvolvimento humano na perspectiva sócio-histórico-cultural derivada do pensamento de Vygotsky, tem a ver em considerar a língua como instrumento mediador entre indivíduo e o mundo, entre o sujeito e o objeto do conhecimento.

Dessa forma, atividades de ensino, nesta perspectiva, que priorizem o desenvolvimento do aluno não devem se restringir apenas ao ensino dos aspectos estruturais da língua. Os tópicos que envolvam aspectos estruturais, lexicais deverão servir ao propósito de capacitar o aluno para desempenhar uma tarefa contextualizada em uma situação real de uso.

Timbane, em seu artigo “A relevância do Ensino de línguas estrangeiras na formação de policiais em Moçambique” (2018, p. 128), sustenta que o policial deve se equipar de conhecimentos que facilitem a interação com estrangeiros, para buscar ou confirmar informações diante de um suspeito, seja este nacional ou estrangeiro. Conforme o autor:

O inglês é a língua do trabalho e isso não pode ser exceção à área policial. O policial dever ser (de fato) polícia e não parecer. Por isso a sua formação deve ser completa e integral por forma a atender às necessidades da profissão com competência e profissionalismo.

O trabalho da polícia exige ouvir muito, ver muito e falar o essencial. Não basta querer, é preciso agir aplicando na prática o conhecimento adquirido nos treinamentos de forma a poupar o sangue de inocentes que são mortos ou feridos devido a abordagens mal sucedidas ou mal executadas por parte da polícia. Como abordar um cidadão falante de língua diferente da sua? Como investigar um estrangeiro que fala uma língua desconhecida? Qual é o ‘milagre’ para executar com profissionalismo essa tarefa? As perguntas são provocativas para que possamos olhar o assunto “línguas” de forma mais séria e profunda possível. (TIMBANE, 2018, p. 122)

As perguntas provocativas do pesquisador demonstram a importância de se pensar na formação linguística de policiais, levantando questões sobre qual língua utilizar na abordagem a um estrangeiro e como executar essa tarefa com profissionalismo. Tais reflexões apontam para um ensino de línguas que leve em conta o contexto específico de trabalho, seus modos de

interação e as competências necessárias para executar tal tarefa. Tais questões são melhor compreendidas e endereçadas pelo que se convencionou chamar de abordagem de ensino de Línguas para Fins Específicos. Conforme Hutchinson e Waters (1987, p. 6), a abordagem de ensino de Inglês para Fins Específicos teve seu advento no mundo pós-Guerra, período no qual o idioma fortaleceu-se como língua internacional dos negócios com o rápido desenvolvimento tecnológico, significando acesso a condições melhores de trabalho e estudo (1987, p. 6). Nesse contexto, os cursos de inglês geral já não atendiam às necessidades específicas dos alunos de universidades que precisavam aprender a ler inglês para acessar literatura acadêmica especializada, bem como de profissionais que necessitavam fazer uso da língua inglesa em sua profissão (ex.: mecânicos que precisavam ler manuais em inglês, comissários de bordo de voos internacionais, etc).

Conforme Monteiro (2015), a abordagem consolidou-se, ao longo dos anos, como área de pesquisa em Linguística, sofrendo influência decisiva de tendências teóricas e práticas da Psicologia e da Linguística. Da Psicologia Educacional, adotou a percepção de aprendizagem com foco no aluno, considerando que suas necessidades e interesses interferem diretamente no processo. Assim, o ensino de Inglês para Fins Específicos diferencia-se das demais abordagens de ensino de inglês por colocar em relevo as necessidades do aluno como base para o desenvolvimento de cursos. Com o advento da Linguística Aplicada, pesquisas passaram a focar em descrições da linguagem em contextos de uso, como acadêmico e ocupacional, demonstrando a grande variação na linguagem conforme a situação de uso (por exemplo: o inglês da engenharia é diferente do inglês utilizado no turismo). Assim, a percepção das variações da linguagem é o ponto de partida para o desenho de cursos relevantes para profissionais de áreas específicas.

Hutchinson e Waters conceituam o Inglês para Fins Específicos como uma abordagem e não um produto, ou seja: não se trata de uma linguagem específica ou de material de ensino ou, ainda, de algum método específico e sim de uma abordagem que tem por ponto de partida as necessidades do aluno (HUTCHINSON e WATERS, 1987, p. 16). Robinson, semelhantemente, pontua que o principal diferencial da abordagem é a análise de necessidades; além disso descreve os cursos de Inglês para Fins Específicos como de curta duração, com objetivos específicos e têm como público grupos homogêneos compostos em sua maioria por adultos. A curta duração é uma influência da pressão econômica, do pensamento “tempo é dinheiro”, imposto pela globalização dos mercados (ROBINSON, 1991, p. 17).

Dudley-Evans e St. John, aproximando-se das contribuições de Hutchinson e Waters (1987) e Robinson (1991), propõem uma definição de Inglês para Fins Específicos adotada

neste trabalho, consistindo em três características absolutas:

- é uma abordagem de ensino que visa a atender às necessidades específicas do aluno;
- faz uso da metodologia e atividades das disciplinas às quais serve;
- é centrada na linguagem, habilidades, discurso e gêneros apropriados a essas atividades. (DUDLEY-EVANS e ST. JOHN, 1998, p. 4-5)

Existe uma série de subdivisões do Inglês para Fins Específicos, como Inglês para Fins Vocacionais, Inglês para Fins Ocupacionais, Inglês para Fins Acadêmicos. A melhor forma de representar a natureza fluida dos cursos é por meio de um *continuum*, desenvolvido por Dudley-Evans e St. John (1998, p. 9), em que os cursos de Inglês Geral se localizam na extremidade esquerda (posição 1) e cursos com características cada vez mais específicas vão se posicionando à direita (posições 2 a 5).

Figura 1 - Continuum dos cursos de inglês para fins específicos

GERAL			ESPECÍFICO	
1	2	3	4	5
Posição 1	Posição 2	Posição 3	Posição 4	Posição 5
Inglês para iniciantes.	Ensino de Inglês Geral de nível intermediário a avançado com foco em habilidades específicas.	Cursos de Inglês Geral para fins acadêmicos (EGAP) e para negócios (EGBG) baseado em programas de curso que contemplam aspectos linguísticos e habilidade que não estão diretamente relacionadas à profissões e disciplina.	Cursos para áreas profissionais ou disciplinas mais amplas, como, por exemplo, redação de relatórios por cientistas e engenheiros, inglês para fins médicos; inglês jurídico; habilidades de negociação e reunião para profissionais de negócios.	1)Curso de Inglês de suporte acadêmico para uma disciplina acadêmica específica; 2)Curso de Inglês <i>one-to-one</i> para profissionais de negócios.

Fonte: Dudley-Evans e St. John (1998, p. 09) (Tradução minha)

A posição 4 do *continuum* melhor descreve um curso de inglês aplicado à polícia militar descrito, uma vez que se equipara com cursos de inglês para fins ocupacionais, tais como inglês para engenheiros, inglês para médicos, baseado nas necessidades específicas de uso da língua inglesa no contexto de uma atividade profissional.

1.4 FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA

A Matriz Curricular Nacional para a formação de profissionais de segurança pública, doravante MCN, é um documento elaborado pelo Ministério da Justiça, que tem por objetivo

nortear ações formativas em segurança pública, independente do nível ou modalidade de ensino que se espera atender. As “Diretrizes Pedagógicas para as Atividades Formativas”, integradas ao documento em sua primeira revisão, no ano de 2005, orientam o planejamento, acompanhamento e avaliação das ações formativas. No mesmo ano, a MCN também foi incrementada com a inserção da “Malha Curricular”, que estabelece o núcleo comum de disciplinas que abrangem conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais. As inovações que o documento de 2005 trouxe têm por objetivo estabelecer unidade de pensamento e ação entre os profissionais de segurança pública.

Conforme o próprio documento, as ações formativas devem contemplar a formação de profissionais capazes de lidar com diversas formas de violência, conflitualidades, criminalidade, utilizando-se de metodologias e técnicas baseadas nos princípios da legalidade, proporcionalidade e necessidade. Além disso, os currículos de formação e treinamento devem contemplar:

- Reconhecimento das características da sociedade contemporânea e das diversas formas de violência e criminalidade encontradas nos espaços urbanos e rurais.
- Compreensão das formas de organização do Estado Moderno e dos papéis das instituições de segurança pública, dos seus profissionais e da sociedade na construção de uma cultura de paz para a humanidade.
- Atuação a partir de metodologias que orientem o enfoque comunitário, a colaboração e integração das ações de justiça e segurança.
- Desenvolvimento de competências e habilidades que favoreçam um perfil profissional que seja capaz de: comunicar-se de forma efetiva; relacionar-se com a comunidade; mediar conflitos; atuar proativamente pautado nos princípios dos Direitos Humanos; administrar o uso da força; utilizar técnicas e tecnologias não letais; gerenciar crises; lidar com grupos vulneráveis; lidar com a complexidade, o risco e a incerteza; utilizar tecnologias para planejar ações de prevenção; investigar crimes e solucioná-los; utilizar metodologias que possibilitem identificar problemas, bem como buscar, implementar e avaliar soluções. (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014, p. 15)

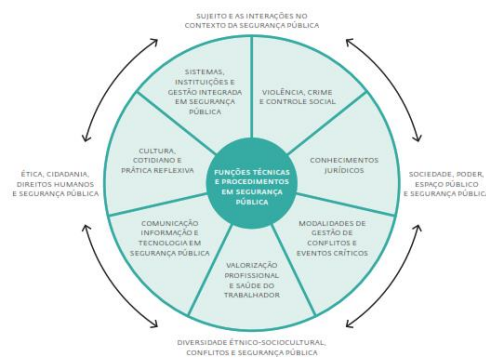
O documento descreve as competências profissionais necessárias para o bom desempenho das funções ocupacionais, que habilitam o indivíduo a pensar de forma criativa e crítica, posicionar-se, comunicar-se e estar consciente de suas ações, desdobradas em competências:

- a) Cognitivas: desenvolvimento do pensamento por meio da investigação e organização do conhecimento; habilitam o indivíduo a pensar de forma criativa. Por exemplo: linguagem e suas funções; pronomes de tratamento.
- b) Operativas: prevêm aplicação do conhecimento teórico responsável, refletido e consciente. Por exemplo: leitura e interpretação; produção de textos.
- c) Atitudinais: visam estimular a percepção da realidade por meio do conhecimento. Por

exemplo: importância do uso adequado da língua em relação à mídia.

As competências profissionais são desenvolvidas em torno de áreas temáticas, que são conteúdos imprescindíveis, e de eixos articuladores. As áreas temáticas (figura 2) são desdobradas em conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais que favoreçam o desenvolvimento das competências profissionais.

Figura 2 - Áreas Temáticas da MCN



Fonte: Matriz Curricular Nacional para formação de profissionais de segurança pública (Ministério da Justiça, 2014, p. 45)

Os eixos articuladores (figura 3), por sua vez, organizam o conjunto de conteúdos transversais, definidos a partir de sua correlação com problemáticas sociais. São eles que estruturam as malhas curriculares compondo o núcleo comum de disciplinas.

Figura 3 – Eixos articuladores da MCN



Fonte: Matriz Curricular Nacional para formação de profissionais de segurança pública (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014, p. 42)

A MCN coloca em relevo a indissociabilidade dos saberes teóricos e práticos. Os saberes práticos, aqui inclusos tanto os saberes adquiridos e reconstruídos em situações de trabalho, como os saberes sobre a prática, devem ser articulados com os saberes teóricos. A articulação dos dois tipos de saberes constitui o “saber situacional”, que capacita o profissional a se adaptar às situações e desenvolver as competências necessárias para agir conforme as limitações e complexidade das situações enfrentadas, gerar cenários que o preparem para o imprevisto para o desejável. Na figura 4, a seguir, observa-se que o documento preconiza o ensino por competências, a partir das quais serão operados os eixos articuladores e as áreas temáticas, que nortearão a seleção dos conteúdos necessários para o desenvolvimento da competência profissional.

Figura 4- Desdobramento das competências



Fonte: Matriz Curricular Nacional para a formação de profissionais de segurança (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014, p. 54)

Uma das áreas temáticas da MCN, denominada “Comunicação, Informação e Tecnologia na Segurança Pública”, abrange conteúdos relacionados às técnicas de comunicação, destacando-se a comunicação verbal e não-verbal, fundamentais na interação com o público, além das modalidades de comunicação intrainstitucional e interinstitucional indispensáveis para o funcionamento do sistema de segurança. Abrange as tecnologias de comunicação de informações. Exemplos de temas a serem desenvolvidos nesta área são

- Princípios, meios e formas de comunicação: da comunicação oral à comunicação de massa;
- **Comunicação verbal e corporal;**
- Comunicação de massa e sistema de segurança pública;
- Sistemas de telecomunicações interno e externo;
- Registro de ocorrências;

- Estatística criminal e análise criminal;
- Geoprocessamento e atuação policial no locus urbano;
- Gestão das novas tecnologias da informação;
- Atividades, operações e análise de Inteligência; • Controle democrático e atividades de Inteligência

(MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014, p. 50, grifo nosso)

A MCN ressalta a importância da disciplina “Língua e Comunicação”, componente da área temática de Comunicação, Informação e Tecnologia na Segurança Pública, considerando que o desempenho das funções policiais militares demanda o uso de linguagem clara que mitigue eventuais falhas de comunicação. Com carga horária de 26h, recomenda-se que a disciplina desenvolva as seguintes competências:

- capacidade de agir com assertividade (apresentar argumentos de forma convincente);
- defender opiniões próprias, expressando-se de maneira enfática);
- capacidade de agir com assertividade;
- capacidade de persuasão e argumentação (poder de convencimento);
- capacidade de argumentar e contra-argumentar);
- **capacidade de raciocínio verbal** (expressar-se com facilidade, ter fluência verbal e escrita);
- **ter capacidade de se comunicar** (expressar) em situações diversas.

(MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014, p. 50, grifo nosso)

A disciplina contempla o desenvolvimento dessas competências utilizando o idioma oficial do Brasil, qual seja, o português, no entanto, pode-se pensar em conteúdos relacionados à aprendizagem de língua inglesa que contemple tais competências vislumbrando o uso do idioma em interações no contexto ocupacional do policial militar. Conforme a MCN,

serão aceitas disciplinas com cargas horárias diferenciadas desde que os conteúdos tenham sido desmembrados para comporem palestras ou estejam presentes em outros componentes curriculares. Serão aceitas ementas diferentes desde que os conteúdos acrescidos ou retirados tenham pertinência com as exigências locais. (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014, p. 67).

A MCN recomenda que as Unidades Federativas, seguindo a estrutura das áreas temáticas, estabeleçam os conteúdos específicos da formação dos profissionais, relacionadas às especificidades e necessidades locais, bem como necessidades institucionais voltadas para a formação desses profissionais. Reconhecida a necessidade institucional em inglês nos currículos de formação inicial ou continuada na corporação, é possível propor a inserção da disciplina de inglês para a polícia militar na malha curricular da formação dos policiais militares do Distrito Federal, desde que cumpra com os requisitos da MCN.

A metodologia para tratamento dos conteúdos de aprendizagem proposta pela MCN preconiza a promoção da participação “ativa” dos discentes, em espaços de aprendizagem que articulam saberes teóricos e práticos, oportunizando aprendizagem significativa. Recomenda-se a aplicação de atividades de estudo de caso, simulações, resolução de problemas, projetos, vídeo-formação, grupos de vivência/observação, prática assistida, entrevistas, dentre outros, posto que contribuem para o estabelecimento de uma prática reflexiva. Tais técnicas devem procurar enfatizar e prever condições necessárias para o desenvolvimento dos conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais, estes últimos, baseados na responsabilidade, disciplina, cooperação, iniciativa, criatividade, respeito à dignidade da pessoa humana e responsabilidade social.

Em relação aos conteúdos das disciplinas, a parte específica deve ser elaborada observando o perfil profissiográfico existente nas instituições e competências existentes na Classificação Brasileira de Ocupações, conforme informada na Seção 3 “Apresentação e Discussão dos Resultados”

2 METODOLOGIA

Neste capítulo, são apresentadas as principais características da investigação, bem como o contexto de pesquisa, participantes, instrumentos de coleta de dados e procedimentos de coleta e análise dos dados.

2.1 NATUREZA DA INVESTIGAÇÃO

Este trabalho recorreu a pontos de visão de seus participantes situados em um contexto social e histórico específico, manipulando relativo volume de dados que, uma vez categorizados e quantificados, foram interpretados de modo a alcançar uma compreensão detalhada do objeto de estudo. Dessa forma, a presente pesquisa é classificada, quanto à sua abordagem, como uma investigação quali-quantitativa.

Quanto à sua natureza, a investigação é aplicada, conforme Denzin e Lincoln (1998, p.14), propondo transformar a realidade atual por meio da proposta de um curso de inglês para a polícia militar que atenda às necessidades de uso do idioma inglês no contexto laboral do policial militar. Quanto aos objetivos, a pesquisa é descritivo-exploratória, pois visa a conhecer e descrever a natureza do fenômeno, suas características e os processos que o compõem. Nesse sentido, por meio desta pesquisa, adotando o procedimento metodológico do Estudo de Caso, conforme Yin (2005), buscou-se levantar o máximo de informações, por meio de questionários, pesquisa documental e bibliográfica acerca do uso do idioma na carreira policial militar, de normativas que regulam a profissão e formação dos policiais militares, fornecendo como resultado da análise uma proposta de curso de inglês que torne o policial apto a utilizar o idioma inglês em sua profissão.

2.2 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO: ESTUDO DE CASO

O procedimento metodológico utilizado na investigação foi o Estudo de Caso, conforme Stake (1998; 2010); Yin (2005); Gil (2010) e Dörnyei (2011). Para Yin (2005, p. 25), um Estudo de Caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. Busca estudar um fenômeno em sua totalidade e compreendê-lo em um contexto bem delimitado. Particularmente, essa estratégia de pesquisa é ideal quando os aspectos contextuais são altamente pertinentes ao fenômeno em estudo, visando à representação

de traços particulares. Para Stake (2010, p. 13), a pesquisa qualitativa é apelidada de “ciência do particular”), enquanto o estudo de caso é o “estudo do particular” (STAKE, 1998, p. 90). Tendo em vista essa possibilidade de compreensão de uma realidade mais complexa, Dörnyei (2011, p. 154) afirma que o estudo de caso prova ser útil à pesquisa qualitativa, porquanto esse tipo de pesquisa é o único capaz de documentar e analisar influências situadas e contextuais na aquisição e uso da linguagem. Dessa forma, o Estudo de Caso é relevante ao estudo ora proposto pois permite investigar de forma detalhada e profunda o contexto específico da realidade para a qual se debruça.

Yin (2005, p. 32) define o estudo de caso como uma estratégia que adota uma lógica de pensamento que consiste em adequar-se às circunstâncias e problemas da pesquisa, mais do que comprometer-se com alguma vertente ideológica. Nesse sentido, Yin recomenda mitigar os erros e vieses do pesquisador, sob pena de que todas as condições precedentes possam ser invalidadas se ele procurar fazer uso dessa estratégia tão somente para comprovar uma suposição preconcebida. Um dos critérios fornecidos pelo autor para resolver esta questão é a confiabilidade, que consiste em conduzir a pesquisa como “se alguém estivesse sempre olhando por cima do seu ombro (YIN, 2005, p. 60).

Uma vez que fenômeno e contexto não são sempre discerníveis em situações da vida real, o arcabouço de técnicas, como coleta e análise dos dados encontrarão uma situação tecnicamente peculiar onde há mais variáveis do que pontos de dados, devendo-se basear em várias fontes de evidências que, conforme Yin (2005, p. 33), deverão confluir em forma de triângulo para a apropriada análise. Segundo Stake (1998, p. 97), “para reduzir a possibilidade de má interpretação, empregamos vários procedimentos, incluindo a redundância na juntada das informações (...) Esses procedimentos são chamados na pesquisa qualitativa de triangulação.”

A triangulação é especialmente relevante, segundo Stake (1998, p. 97), posto que ajuda a esclarecer resultados, verificando a repetibilidade de uma observação ou interpretação. A triangulação aparece em Yin (2005, p. 33) como outro critério de verificação da qualidade do estudo, sendo chamado pelo autor de “validade do construto”. Destarte, na presente pesquisa, foram aplicados instrumentos tais como questionários e pesquisa documental para levantamento dos dados de diversas fontes de pesquisa (efetivo de policiais militares, comandante de batalhão, chefe de Centro de Operações Policiais Militares além de coordenadores de ensino dos cursos de formação, normativas de ensino da PMDF, editais de concurso de admissão à corporação, etc.), no período compreendido entre os meses de abril e outubro de 2020.

Em linhas gerais, para proceder ao estudo de caso desta investigação, elaborou-se o projeto de pesquisa em que foi estabelecido o objetivo a ser alcançado. Para definir o caso, a etapa inicial do estudo foi a identificação do perfil profissiográfico do policial militar, por meio do qual foi possível identificar as tarefas desempenhadas bem como as habilidades necessárias para o seu desempenho. As unidades de análise desta investigação, as quais são as necessidades de uso do idioma na situação-alvo, foram então operacionalizadas em “tarefas” que se relacionam às atividades do policial militar que envolvam comunicação com estrangeiros, tais como abordagens a estrangeiros, ocorrências diplomáticas, missões em organismos internacionais etc. Para tanto, foram consultadas as normativas e documentos relacionados à profissão donde se pode extrair os dados necessários para o mapeamento das tarefas.

Passo seguinte foi a identificação das necessidades, percepções e desejos dos policiais militares em relação à aprendizagem e uso do idioma. Tais evidências foram obtidas por meio do questionário aplicado a policiais militares da PMDF. Com base nos dados obtidos, foi possível elaborar a proposta de curso de inglês para a polícia militar.

2.3 CONTEXTO

A investigação foi realizada na Polícia Militar do Distrito Federal, órgão de segurança pública subordinada ao Governador do Distrito Federal e estruturado com base na hierarquia e disciplina destinada à manutenção da ordem pública e segurança interna do Distrito Federal. Para ingresso na corporação, é exigido tanto de oficiais como praças, a formação acadêmica em nível superior. Os candidatos são submetidos a rigoroso processo de seleção por meio de exame intelectual, físico, médico e psicológico, além de investigação da vida pregressa.

2.3.1 Participantes

Foram convidados a participar desta pesquisa policiais militares de diversos batalhões da Polícia Militar do Distrito Federal. O convite foi realizado por meio de grupos de *Whatsapp* constituídos de policiais militares do Distrito Federal com o objetivo de troca de informações de serviço. Participaram da pesquisa 181 policiais militares da ativa da PMDF, sendo 158 homens e 23 mulheres atuando nos mais diversos escalões da corporação, totalizando 181 participantes. Mais de 50% dos participantes são cadetes da Academia de Polícia Militar de Brasília (APMB), de maneira que serão identificados como participantes em pré-serviço

(cadetes ou alunos a Oficial) e participantes em serviço (policiais formados). Sua caracterização mais específica encontra-se no capítulo intitulado “Apresentação e Discussão dos Resultados”.

2.3.2 Fontes documentais

As fontes documentais consultadas na investigação consistem em:

- Estatuto dos Policiais Militares do Distrito Federal (Lei nº 7.289/1984), o qual regula a situação, obrigação, deveres, direitos e prerrogativas dos Policiais-Militares da Polícia Militar do Distrito Federal;
- Plano Estratégico da PMDF, em sua versão atualizada e revisada, de março de 2015.
- Perfil Profissiográfico e Competências existentes na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, elaborado pelo Ministério do Trabalho e Emprego: apesar de ser um documento que não tem caráter regulamentar, é um material que codifica todas as ocupações do país. A CBO alimenta as bases estatísticas de trabalho e serve de subsídio para a formulação de políticas públicas de emprego.
- Matriz Nacional Curricular de Segurança Pública (MCN): O principal referencial teórico-metodológico das ações formativas – inicial e continuada –, dos profissionais da área de segurança pública, editado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (2014); o documento norteia diversos programas e projetos executados pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP).

2.4 INSTRUMENTO E PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS

Para a coleta dos dados dos participantes, foi elaborado o questionário virtual, que serviu ao propósito de coletar o maior número de dados do maior número de participantes. O questionário virtual foi escolhido como instrumento de coleta de dados relacionados ao perfil dos policiais militares, suas percepções, necessidades e interesses em relação ao idioma inglês. Este instrumento foi aplicado com o objetivo de coletar dados a respeito do perfil dos participantes, percepções em relação ao uso do idioma inglês na sua profissão, contato prévio com a língua, bem como identificar interesses e inclinações em aprender o idioma.

O questionário foi elaborado utilizando o aplicativo Google Forms, tendo sido enviado para diversos grupos policiais da PMDF no mês de outubro de 2020. Angariou 181 respondentes,

todos eles policiais militares do Distrito Federal. Houve apenas dois respondentes que deixaram uma pergunta sem responder. O questionário consistia de 18 perguntas, cada uma captando uma informação, conforme o quadro 1. O quadro a seguir apresenta a distribuição das perguntas do questionário por tipo de informação requerida:

Tipo de informação	Tópicos das questões	Perguntas
Dados pessoais	Posto/graduação	3
	Faixa etária e gênero	1, 2
Perfil profissional e acadêmico	Formação acadêmica	4
	Tempo de serviço, cargo e funções exercidas	5, 6
Perfil linguístico	Quais idiomas fala	7
Conhecimento e uso da língua inglesa	Nível de desempenho no idioma	8, 9
	Frequência de uso do idioma	18
	Contato com o idioma na profissão / percepção sobre o idioma na profissão	11, 13
Necessidades da situação-alvo	Expectativas e disponibilidade em relação à aprendizagem de inglês	14, 15, 16
Dificuldades da situação-alvo	Habilidades que oferecem dificuldades na execução de tarefas como policial militar	10
Outros	Utiliza aplicativos para auxiliar na comunicação e entendimento no inglês	12
	Interesse em aprender outro idioma que não o inglês	17

Quadro 1 – Distribuição das perguntas do questionário por tipo de informação requerida

2.5 PROCEDIMENTO DE ANÁLISE DOS DADOS

Os dados obtidos nesta pesquisa foram compilados e organizados em planilhas eletrônicas, utilizando o aplicativo Excel, de maneira que puderam ser disponibilizados para consulta rápida, de modo a permitir possível confronto de ideias, sustentação de inferências, esclarecimento de pontos obscuros e corroboração de evidências. Foram confrontadas as informações coletadas por meio do questionário, relacionadas ao perfil e necessidades dos participantes, com as informações obtidas de normativas e órgãos de apoio e execução da PMDF, relacionadas às necessidades da situação-alvo, ou seja, sobre as competências dos policiais militares e os usos da língua inglesa em seu contexto ocupacional.

Sob o aspecto da análise quantitativa, a amostra de 181 participantes em relação ao universo de 1080 policiais da ativa na PMDF à época da pesquisa, apresenta nível de confiança em 95% e erro amostral estimado em 6,65%. Foi possível traçar o perfil dos participantes em termos de gênero, faixa etária, grau de instrução, conhecimento em inglês, habilidades que oferecem maior dificuldade e desejo em aprender o idioma. Também foi identificada a importância do idioma na vida profissional dos participantes.

3 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O objetivo desta seção é apresentar e discutir os resultados da análise de dados baseada nos construtos teóricos apresentados na Fundamentação Teórica e realizada conforme os procedimentos de análise apresentados na Metodologia, visando atender ao objetivo geral desta investigação o qual é: identificar as necessidades de uso do idioma inglês no contexto laboral do policial militar do Distrito Federal, de modo a oferecer uma solução para contribuir para sua proficiência em língua inglesa.

A fim de alcançar o objetivo, a seção está organizada em duas partes: na primeira, é feita uma apreciação geral do perfil profissional do policial militar, as normativas que regem a profissão bem como as atividades que exerce, dentre elas, as que demandam a utilização de língua inglesa. Além disso, apresenta-se o perfil e necessidades dos participantes da pesquisa. A proposta de curso de Inglês para a Polícia Militar encontra-se na segunda parte desta seção como possível solução para elevar a proficiência em inglês do policial militar do Distrito Federal.

3.1 MAPEAMENTO DAS NECESSIDADES

Nesta subseção, são informados os principais achados da análise dos dados obtidos das fontes documentais bem como dos participantes, em relação à profissão policial militar, tendo como resultado o mapeamento das tarefas da situação-alvo que demandam a utilização da língua inglesa que servirá de base para o desenho do curso e seleção dos conteúdos.

Faz-se mister retomar uma das três características básicas da abordagem de ensino de Inglês para Fins Específicos que serviram de norte para a análise dos dados e posterior elaboração do plano de ensino do curso de inglês:

- **é uma abordagem de ensino que visa a atender às necessidades específicas do aluno;**
- faz uso da metodologia e atividades das disciplinas às quais serve;
- **é centrada na linguagem, habilidades, discurso e gêneros apropriados a essas atividades.** (DUDLEY-EVANS e ST. JOHN, 1998, p. 4-5, grifo nosso)

Para conhecer as necessidades dos policiais militares, foi necessário recorrer às normativas que regulam a profissão, bem como levantar dados por meio de questionários buscando identificar suas percepções, desejos e interesse em relação à língua inglesa.

3.1.1 A profissão policial militar

A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), criada pelo Ministério do Trabalho e Emprego em 2002, traz uma série de atividades realizadas pelo policial militar. De maneira resumida, as atribuições do “policial militar” são:

Preservar integridade física dos cidadãos: intervenção em “operações de desinteligência”, isto é, brigas familiares, brigas de rua geradas por excesso de ingestão de bebidas alcoólicas, brigas de vizinhos etc., não permitindo que as mesmas gerem lesões corporais nos protagonistas da ação. Realizar busca pessoal: revistar pessoas, verificando se o mesmo está portando objetos não autorizados pela legislação, através de apalpação. Realizar visitas tranquilizadoras: policiamento preventivo efetuado junto à população através de visitas a residências e em estabelecimentos públicos. Retirar infrator da ação criminal em estado de necessidade: atirar em infrator visando sua retirada de ação, geralmente tendo como consequência a morte do mesmo. Sinalizar área do acidente com meios de fortuna ou com equipamentos de sinalização: trata-se de sinalização improvisada, visando evitar novos acidentes (MTE, 2002).

Depreende-se que a atividade policial militar tem caráter eminentemente preventivo, pautado pela fiscalização vigilante, visando a coibir atos infracionais e prevenir ocorrência de crimes. O documento faz distinção entre Oficiais e Praças da polícia militar, trazendo as condições gerais de exercícios de cada círculo hierárquico, conforme o Quadro 3 a seguir:

	Condições gerais de exercícios
Oficiais	- São regidos pelo artigo 42 da Constituição Federal de 1988 e pelas respectivas constituições estaduais; - Trabalham na polícia militar, no comando de pelotões, como estatutários. Trabalham em equipe, sob supervisão. Atuam em ambiente de trabalho que pode ser fechado, a céu aberto ou em veículos, em horários diversos: diurno, noturno e em rodízio de turnos. Atuam sob pressão, podendo levá-los à situação de estresse; correm risco de perder a vida em sua rotina de trabalho.
Praças	- São regidas pelo artigo 42 da Constituição Federal de 1988 e pelas respectivas constituições estaduais; - Trabalham em corporações da polícia militar, como estatutários; atuam de forma individual ou em equipe com supervisão permanente; o ambiente de trabalho pode ser fechado, a céu aberto ou em veículos. O horário pode ser diurno, noturno ou em rodízio de turnos. Permanecem, durante longos períodos, em posições desconfortáveis, trabalham sob pressão, o que pode levá-los à situação de estresse. Podem trabalhar em grandes alturas e ficar expostos a materiais tóxicos, radiação e ruído intenso. Algumas vezes ficam aquartelados. Correm risco de perder a vida em sua rotina de trabalho.

Quadro 2 - Condições gerais de exercício dos Oficiais e Praças da Polícia Militar, conforme a Classificação Brasileira de Ocupações (MTE, 2002)

As condições de trabalhos são bastante similares entre oficiais e praças: ambos trabalham tanto em ambiente fechado, quanto aberto, em veículos, em turnos variados, tanto durante o dia, como à noite, com risco de perder a vida. Enquanto os oficiais comandam pelotões, as praças trabalham individualmente ou em equipes, sob supervisão permanente.

No quadro a seguir, estão descritas atribuições resumidas de cada posto e graduação na corporação, bem como distribuído o quantitativo de participantes desta pesquisa em cada categoria:

Código	Título	Descrição sumária	Nº de participantes
0201	Oficiais superiores	Comandam unidades de polícia militar e elaboram plano diretor da instituição. Planejam ações estratégicas, definem ações táticas e executam ações operacionais. Gerenciam atividades administrativas, administram recursos humanos e mantêm hierarquia e disciplina.	06
0202	Capitães	Comandam operações de polícia ostensiva, planejam ações de policiamento ostensivo, desenvolvem policiamento comunitário. Gerenciam companhia de polícia e assessoram comando. Exercem poder disciplinar e presidem feitos de polícia judiciária militar.	08
0203	Tenentes	Comandam pelotão, coordenam policiamento ostensivo, reservado e velado; assessoram comando, gerenciam recursos humanos e logísticos, participam do planejamento de ações e operações, desenvolvem processos e procedimentos administrativos militares, atuam na coordenação da comunicação social; promovem estudos técnicos e capacitação profissional.	20
0211	Subtenentes e sargentos	Comandam o grupo e a guarda do quartel. Assessoram o comando, administram as atividades da unidade e participam na formação de policiais. Supervisionam policiamento ostensivo e organizam processos e procedimentos administrativo-militares. Atendem a ocorrências e as apresentam à autoridade competente. Prestam serviços comunitários.	25
0212	Cabos e soldados	Realizam policiamento ostensivo preventivo fardado e atendem e solucionam ocorrências. Executam atividades operacionais e policiamento reservado. Restabelecem ordem pública, controlam distúrbios civis e garantem cumprimento de mandado judicial.	19

Quadro 3 - Descrição das atividades dos policiais militares (Fonte: Classificação Brasileira de Ocupações - MTE)

Observa-se que, embora de maneira geral as condições gerais de trabalho são as mesmas para oficiais e praças, suas atribuições vão se diversificando de acordo com o nível hierárquico. Enquanto cabos e soldados atuam no nível operacional, basicamente na execução de policiamento ostensivo preventivo, a medida em que ascendem a graduação e postos mais elevados, sua atuação assume contornos e nuances voltadas à supervisão, assessoria, como no caso de subtenentes e sargentos, serviços comunitários, coordenação da comunicação social, estudos técnicos e capacitação profissional, próprio de oficiais subalternos e intermediários, até assumir funções de gestão como elaboração de ações estratégicas, elaboração do plano diretor e gestão dos recursos humanos, como é o caso de Oficiais Superiores.

No âmbito da PMDF, o Estatuto dos Policiais Militares do Distrito Federal (PMDF, 1984), no artigo 4º, conceitua o serviço policial-militar, que

[...] consiste no exercício de atividade inerente à Polícia Militar e compreende todos os encargos previstos na legislação específica, relacionados com a manutenção da ordem pública e segurança interna. (PMDF, 1984)

Para ingresso na PMDF, a idade mínima estabelecida para a matrícula nos cursos de formação dos estabelecimentos de ensino da Polícia Militar é de 18 anos e máxima de 35 anos, limites estes não aplicáveis a policiais militares da ativa da Corporação (PMDF, 1984, p. 2). O Estatuto, ainda, em seu artigo 11, preleciona que, na PMDF,

além das condições relativas à nacionalidade, idade, aptidão intelectual e psicológica, altura, sexo, capacidade física, saúde, idoneidade moral, obrigações eleitorais, aprovação em testes toxicológicos e suas obrigações para com o serviço militar, exige-se ainda a apresentação, conforme o edital do concurso, de diploma de conclusão de ensino superior, reconhecido pelos sistemas de ensino federal, estadual ou do Distrito Federal. (PMDF, 1984, p. 2)

O artigo 29 do Estatuto também traz um rol de preceitos da ética policial-militar, dos quais traz-se para este estudo o inciso IX, o qual prevê que o policial deve “ser discreto em suas atitudes e maneiras e em sua linguagem escrita e falada”. Observa-se que, no âmbito da PMDF, o dispositivo normativo impõe ao cidadão que deseja se tornar policial um padrão de conduta a submissão a um rigoroso exame admissional. Após admitido, ao policial militar é imposto um padrão de conduta irrepreensível que deve ser observado, sob pena de sanção disciplinar.

No contexto de uso do inglês na atividade ocupacional do policial militar, Timbane descreve as seguintes características linguísticas de uma abordagem policial:

é contextualizada, é implícita, é redundante, não é planejada, apresenta-se de forma fragmentada e incompleta. Ela é pouco elaborada com pouca densidade informacional, com predominância de frases curtas e simples. Impossível fazer abordagem sem o uso de uma língua. A voz de prisão só existe se for transmitida através de uma língua. Então, essas estratégias comunicativas devem de certo modo ser ensinadas aos cursantes. (TIMBANE, 2018, p. 131)

Considerando que o desempenho das funções policiais militares demanda o uso de linguagem clara que mitigue eventuais falhas de comunicação, a MCN recomenda que se desenvolvam competências como capacidade de se comunicar em situações diversas, agir com assertividade, ter fluência verbal e escrita, dentre outras (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014, p. 50).

3.1.2 Tarefas da situação-alvo utilizando a Língua Inglesa

A partir da leitura das descrições extraídas da Classificação Brasileira de Ocupações, foram identificadas atividades em que possivelmente o policial militar pode utilizar a língua inglesa quando em contato com estrangeiros. O documento consultado relaciona todas as atividades desempenhadas por oficiais e praças, dentre as quais extraem-se as possíveis situações de uso do idioma inglês. No quadro 5, as tarefas realizadas pelas praças:

	Categoria	Tarefas	Habilidades/Meios de contato
Praças da Polícia Militar	(A) Realizar policiamento ostensivo preventivo fardado	Relacionar-se com a comunidade local (A.5)	Falar-ouvir / Face-a-face Telefone
		Abordar pessoas em atitudes suspeitas (A.6)	
		Abordar veículo (A.7)	
		Realizar visitas tranquilizadoras (A.21)	
	(B) Atender a ocorrências	Levantar informações sobre o local da ocorrência (B.1)	
		Triar informações provenientes de ocorrências (B.2)	
		Verificar veracidade da ocorrência (B.4)	
		Identificar solicitante (B.5)	
		Levantar informações sobre infrator (B.8)	
	(C) Solucionar ocorrências	Notificar infrator ambiental (C.1)	
		Notificar infrator das normas de trânsito (C.2)	
		Interditar local da ocorrência (C.11)	
		Negociar ocorrências com reféns ou com suicidas (C.20)	
	(D) Executar atividades operacionais	Preservar a integridade física dos cidadãos (D.1)	
		Socorrer vítimas (D.2)	
		Isolar local de ocorrência (D.3)	
		Preservar local do crime (D.4)	
		Realizar busca pessoal (D.8)	
		Desarmar infrator (D.19)	
	(E) Restabelecer ordem pública	Deter infratores (E.1)	
Prender infrator em flagrante delito (E.2)			
Atuar em ocorrências de sequestro (E.9)			
Resgatar reféns (E.10)			

Quadro 4 - Tarefas desempenhadas pelas praças da polícia militar utilizando a língua inglesa

Observa-se que as atividades desempenhadas pelas praças envolvem basicamente a conversação (falar-ouvir), em situações de interação com abordados e vítimas, visando à preservação e restabelecimento da ordem pública. Portanto, um curso de inglês voltado para a capacitação deste contingente deve primar por atividades que foquem na habilidade de falar e

ouvir em situações reais de uso do idioma.

O quadro a seguir traz as principais tarefas realizadas pelos Oficiais:

	Categoria	Tarefas	Habilidades/Meios de contato	
Oficiais da Polícia Militar	(A) Comandar Pelotão	Promover convênios de cooperação com as autoridades locais (A.7)	Falar-ouvir / Face-a-face Telefone	
		Comandar operações de ações táticas especiais (A.8)		
		Gerenciar situações de crise (A.14)		
		Administrar situações de conflito (A.18)		
	(B) Comandar policiamento ostensivo, reservado e velado	Supervisionar atendimento e despacho de ocorrências (B.1)		
		Orientar subordinados (B.8).		
		Negociar em situações de crise (B.18)		
	(C) Assessorar Comando	Chefiar seções do estado-maior da organização policial militar (C.1)		Falar-ouvir Ler/escrever
		Indicar dados para diretrizes (C.3)		
		Atuar como gestor de qualidade total (C.9)		
	(D) Gerenciar recursos humanos e logísticos	Participar do planejamento do ensino (D.10)	Face-a-face Telefone E-mail	
		Elaborar orçamento para aquisições (D.11)		
		Efetuar compras (D.12)		
	(G) Atuar na coordenação da Comunicação Social	Coordenar campanhas educativas (G.1)	Falar-ouvir / Face-a-face Telefone	
		Participar de conselhos com a comunidade (G.2)		
		Promover aproximação da comunidade civil com a militar (G.6)		
		Contactar autoridades locais (G.9)		
	(H) Promover estudos técnicos e capacitação profissional	Coordenar cursos e estágios especializados (H.3)	Falar-ouvir Ler/escrever Face-a-face Conference call E-mail	
		Coordenar atividades de pesquisa (H.5)		
		Prelecionar policiais militares (H.6)		

Quadro 5 - Tarefas desempenhadas pelos oficiais da polícia militar utilizando a língua inglesa

Em relação aos Oficiais, observa-se que suas tarefas envolvem interação com público tanto na administração de conflitos, supervisão de atendimento de ocorrências, como na aproximação da comunidade civil com a policial, até atividades de gestão de aquisições, planejamento de ensino, coordenação de atividades de pesquisas, dentre outros. Assim, um curso de inglês voltado para Oficiais deve contemplar tanto o ensino das habilidades de conversação, como também leitura/interpretação de textos como produção escrita em inglês.

3.1.3 Percepção dos participantes

Participaram da pesquisa 181 policiais militares da ativa da PMDF, sendo divididos em participantes pré-serviço (cadetes) e em serviço (não-cadetes, ou seja, praças e oficiais formados). Quanto ao gênero, a maioria dos participantes são homens. A proporção de participantes do sexo feminino em relação ao masculino traduz a realidade do efetivo da corporação que segue o disposto no art. 4º da Lei 9.713/1998, o qual fixa o efetivo de policiais militares femininas de até 10% do efetivo de cada quadro. Nesta pesquisa, tem-se o efetivo feminino compondo aproximadamente 12% dos participantes, enquanto o masculino constitui a maioria (88%).

Tabela 1 – Participantes por gênero

Sexo	Participantes
Masculino	158
Feminino	23

Fonte: resultado da pesquisa

Quanto à faixa etária, a maioria dos participantes possui entre 31 a 40 anos de idade, com tempo de serviço entre 0 e 3 anos (Tabela 5). Levando-se em conta que maioria dos participantes são cadetes, como pode-se observar na Tabela 3, cuja média de idade é de 32 anos. Por exigência da Lei nº 7.289/1984, artigo 11, parágrafo 1º, alterada pelo artigo 64 da Lei nº 12.086, de 2009,

“§ 1º A idade mínima para a matrícula a que se refere o caput deste artigo é de 18 (dezoito) anos, sendo a máxima de 35 (trinta e cinco) anos, para o ingresso nos Quadros que exijam formação superior com titulação específica, e de 30 (trinta) anos nos demais Quadros, não se aplicando os limites máximos aos policiais militares da ativa da Corporação. (PMDF, 2009)

Tabela 2 – Faixa etária

Faixa etária	Participantes
21 a 30 anos	42
31 a 40 anos	117
41 a 50 anos	20
Mais de 50 anos	1

Fonte: resultado da pesquisa

Quanto à posição na hierarquia policial militar, a maioria dos participantes são cadetes (103 participantes), seguido de 20 oficiais subalternos (tenente/aspirante), além de 18 sargentos

e 11 soldados.

Tabela 3 – Posto/Graduação

Posto/graduação	Participantes
Oficial Superior	06
Oficial Intermediário	08
Tenente/Aspirante	20
Cadete	103
Subtenente	07
Sargento	18
Cabo	08
Soldado	11

Fonte: resultado da pesquisa

Quanto à formação acadêmica, a totalidade dos participantes possui nível superior, uma vez que é o nível exigido para ingresso na corporação. Ademais, os policiais militares que ingressaram na corporação ainda com ensino médio, participaram do Projeto Policial do Futuro, em que a PMDF estabeleceu convênio com universidades para formação acadêmica de seu contingente. Entretanto, a maioria possui Pós-Graduação Lato Sensu, uma vez que a totalidade dos cadetes participantes da pesquisa ingressaram no Concurso de Admissão ao CFOPMDF 2016, o primeiro a estabelecer a Prova Títulos como uma das etapas do exame de seleção.

Tabela 4 – Formação Acadêmica

Formação	Participantes
Ensino Médio	-
Graduação (Licenciatura/Bacharelado/Tecnólogo)	62
Pós-Graduação Lato Sensu	103
Mestrado	09
Doutorado	06

Fonte: resultado da pesquisa

A maioria (35,36%) dos participantes possui entre 0 e 3 anos de experiência como policial militar, enquanto 28,18% possui entre 08 e 15 anos de serviço, conforme a Tabela 5 a seguir:

Tabela 5 – Tempo de serviço como policial militar

Tempo de serviço	Participantes
0-3 anos	64
4-7 anos	35
8-15 anos	51
16-24 anos	23
25-30 anos	07
Mais de 30 anos	01

Fonte: resultado da pesquisa

Em relação às funções que exerce ou já exerceu na Polícia Militar, a maioria (80,1%) dos participantes tem experiência em radiopatrulhamento. Já 49,1% atuam/atuaram como Coordenador de Policiamento de Unidade, bem como 28,7% na área de Operações.

Tabela 6 – Funções que exerce ou já exerceu

Funções	Participantes
Radiopatrulhamento	145
CPU	89
Operações	52
Especializada	47
Outras	42
Jurídico	30
Inteligência	24
Logística	24
Comunicação Social/Cerimonial	20
Secretaria	19
Adjunto	12
Nível estratégico	12
Despachante-COPOM	03

Fonte: resultado da pesquisa

Dos 181 participantes, 88 declaram falar Inglês, 29 Espanhol, 11 Francês, 01 Russo e 04 responderam “Outros”.

Tabela 7 – Idiomas que fala

Idioma	Participantes
Português	176
Inglês	88
Espanhol	29
Francês	11
Russo	01
Italiano	-
Mandarim	-
Outros	04

Fonte: resultado da pesquisa

Em relação à experiência de estudo, 142 participantes relataram ter estudado inglês na

modalidade presencial, enquanto 43 o fizeram à distância. Apenas 28 participantes responderam nunca ter estudado inglês antes, o que revela que a maioria dos participantes (78,4%) têm experiência de aprendizado no idioma em questão.

Tabela 8 – Já estudou ou estuda inglês em qual modalidade

Estudo em Inglês	Participantes
Inglês Presencial	142
Inglês EAD	43
Nunca estudou inglês	28

Fonte: resultado da pesquisa

Quanto à certificação em inglês, a maioria não possui certificação alguma, enquanto 13 participantes responderem possuir TOEFL ou IELTS e outros 13 responderam ter “outros” tipos de certificação que não as listadas nas opções de resposta do questionário.

Tabela 9 – Possui alguma certificação em língua inglesa

Certificação	Participantes
KET/PET	01
CAE/CPE	01
TOEFL/IELTS	13
Outros	13
Não possui	150
Sem resposta	03

Fonte: resultado da pesquisa

Em relação à habilidade que mais oferece dificuldade, a maioria dos participantes (78) respondeu “falar inglês”, seguida de “ouvir” (64) e “conversar” (61). Observa-se que, dentre as respostas, as habilidades de compreensão e produção oral são as que mais oferecem dificuldade. Se comparada com as tarefas utilizando a língua inglesa listadas no tópico anterior, verifica-se necessidade em falar e ouvir para desempenhar tais atividades. Nesse sentido, diante da dificuldade demonstrada pelos participantes e da necessidade em se utilizar essas habilidades, um curso de inglês para a polícia militar deve contemplar o ensino de conversação.

Tabela 10 – Habilidade que oferece mais dificuldade em inglês

Habilidade	Participantes
Falar	78
Ouvir	64
Escrever	59
Ler	19
Conversar	61

Fonte: resultado da pesquisa

Quanto ao uso do idioma na atividade policial militar, 107 dos 181 participantes responderam que tiveram contato com o idioma em sua profissão. Esse dado é relevante, na medida em que corrobora para a informação de que o idioma está presente no contexto ocupacional do policial militar.

Tabela 11 – Contato com o idioma na atividade policial militar

Contato com o idioma na atividade policial?	Participantes
Sim	107
Não	70
Sem resposta	04

Fonte: resultado da pesquisa

Quanto à percepção dos participantes em relação à importância de se saber inglês, 159 dos 181 participantes responderam que o policial deve saber inglês, ao passo que apenas 17 participantes responderam que não e 05 não responderam. Nesse sentido, pode-se inferir que a atitude dos policiais em relação ao idioma é positiva, na medida em que dão importância ao seu domínio para a profissão que exercem.

Tabela 12 – Acredita que o policial deve saber inglês?

O policial deve saber inglês?	Participantes
Sim	159
Não	17
Sem resposta	05

Fonte: resultado da pesquisa

A maioria dos participantes demonstrou ter interesse em aprender conversação. Como a questão também permitia a marcação de mais de uma alternativa, mais da metade dos participantes também declarou ter interesse em aprender leitura e escrita.

Tabela 13 – Interesse e motivação para aprender inglês

O que gostaria de aprender	Participantes
Conversação	165
Leitura e escrita	99
Não tem interesse	04

Fonte: resultado da pesquisa

Em relação à disponibilidade semanal para estudar inglês, 86 participantes informaram dispor de uma a duas horas semanais para estudo, ao passo que 45 participantes informaram ter três horas disponíveis por semana.

Tabela 14 – Quanto tempo dispõe para estudar inglês

Tempo disponível para estudo	Participantes
1h a 2h/semana	86
3h/semana	45
Não tem tempo	44
Sem resposta	06

Fonte: resultado da pesquisa

Perguntados se frequentariam um curso de inglês para policiais, 152 participantes responderam que sim, em oposição a apenas 23 participantes que informaram não ter interesse, (conforme tabela 15).

Tabela 15 – Interesse em frequentar um curso de inglês para policiais

Resposta	Participantes
Tem interesse	152
Não tem interesse	23
Sem resposta	06

Fonte: resultado da pesquisa

Em relação a utilização de tecnologias que auxiliem a se comunicar em outro idioma, 90 participantes informaram utilizar tradutor de palavras/textos para se comunicar. Tal evidência é importante no sentido de que os participantes fazem uso de aplicativos para se comunicar, revelando que tal ferramenta está incorporada em seu cotidiano e que pode servir ao propósito de aprimorar sua proficiência no idioma.

Tabela 16 – Conhece ou utiliza aplicativos que o auxiliem a comunicar em outro idioma

Resposta	Participantes
Dicionários online	52
Tradutor de palavras/textos	90
Tradutor de conversas	35
Nunca precisou usar	60

Fonte: resultado da pesquisa

Em relação ao interesse em aprender outros idiomas, dada a diversidade linguística dos moradores do Distrito Federal, a grande maioria (144 participantes) respondeu ter interesse em aprender outros idiomas, conforme pode-se observar na Tabela 17.

Tabela 17 – Interesse em aprender outros idiomas

Resposta	Participantes
Sim	144
Não	33
Sem resposta	04

Fonte: resultado da pesquisa

3.2 PROPOSTA DE EMENTA E PLANO DE ENSINO DO CURSO DE INGLÊS PARA A POLÍCIA MILITAR

A proposta do curso de inglês para a polícia militar foi elaborada utilizando-se dos construtos teóricos apresentados na Fundamentação Teórica, buscando alinhar-se com o referencial metodológico fornecido pela Matriz Curricular Nacional para Formação de Profissionais de Segurança Pública, preconizada pelo Ministério da Justiça. Como se trata de uma ação formativa visando a atender a uma necessidade específica dos policiais militares do Distrito Federal, utilizou como fonte de evidências os dados obtidos das normas relacionadas à profissão tanto em âmbito nacional como institucional e dos próprios policiais militares, que informam suas necessidades e percepções em relação ao uso do idioma em sua profissão.

Foi identificado que tanto oficiais como praças da corporação utilizam o idioma em suas atividades profissionais. A proposta ora elaborada busca a atender as necessidades comuns a praças e oficiais, qual seja, desenvolver a habilidade de conversação. Como forma de padronizar a formação linguística dos policiais, sugere-se a implementação do curso na formação desses dois contingentes como componente curricular de ensino. A proposta também pode ser implementada como um curso apartado, somente para os contingentes com maior probabilidade de uso do idioma, como, por exemplo, policiais que atuam no Batalhão Diplomático e Turístico.

3.2.1 Do plano de ensino

Conforme a MCN, os planos de ensino das disciplinas, anexos aos currículos dos diferentes cursos, devem conter os objetivos educacionais a serem alcançados, a justificativa, os conteúdos programáticos, as cargas horárias previstas, a frequência mínima exigida, as práticas didáticas a serem adotadas, bem como a descrição do processo e instrumentos de avaliação. A proposta do plano de ensino da disciplina Inglês para a Polícia Militar está apresentada no Apêndice A deste trabalho. Por se tratar de um curso que pretende desenvolver as habilidades de conversação, sugere-se a carga horária de 60h/aula. A justificativa do curso apoia-

se na ideia de que o domínio do idioma inglês pelos policiais militares contribui para que a corporação se aproxime cada vez mais da comunidade estrangeira no DF, dentro do propósito da Polícia Comunitária, além de ampliar a candidatura e representatividade de policiais da corporação em cursos/estágios e missões no exterior.

O objetivo geral do curso busca adequar o curso ao contexto linguístico de uso do idioma inglês na profissão policial militar, isto é, capacitar os policiais militar para a comunicação com pessoas não falantes do português, membros da comunidade, vítimas e infratores, além de membros de organismos internacionais. O objetivo geral foi operacionalizado em objetivos específicos relacionados ao emprego de vocabulário e estruturas gramaticais convencionais da língua inglesa, bem como de vocabulário específico do contexto da atividade policial militar, além de pronunciar corretamente os termos.

A partir do mapeamento de tarefas, foi possível delinear os conteúdos não-linguísticos os quais nortearam a definição das unidades do conteúdo programático. Esses conteúdos, que vão desde a conversação básica até a negociação de reféns e acordos de cooperação com agências internacionais, foram desdobrados em funções de linguagem, tais como emitir ordens, elaborar perguntas sobre uma ocorrência, descrever suspeitos, explicar infrações de trânsito. Para cada função, deverão ser selecionados itens linguísticos correspondentes, tanto relacionados a vocabulário quanto à estrutura e pronúncia.

Identificou-se que a linguagem utilizada pelo policial em interação com estrangeiros deve ser clara e simples, é contextualizada, redundante e não planejada, pouco elaborada. Levando em conta esse dado, a metodologia proposta busca a implementação de práticas didáticas voltadas para o desenvolvimento das competências profissionais exigidas ao policial militar por meio de atividades que privilegiem o uso do idioma em situações reais, isto é, articula saberes teóricos (conhecimento sobre o idioma) com saberes práticos (uso do idioma no contexto de trabalho), buscando a aquisição do saber situacional, conforme preconizado na MCN (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014, p. 54), de modo que o policial esteja apto a comunicar de acordo com as limitações e complexidade das situações enfrentadas. Exercícios de compreensão oral como preenchimento de lacunas, reorganização de sentenças, além de produção oral, como oficinas de conversação, debates, *role-plays* subsidiam o desenvolvimento das competências profissionais relacionadas à comunicação em língua inglesa.

Quanto à avaliação, recomenda-se a designação de tarefa comunicativa ao final de cada módulo com vistas a monitorar o desempenho dos alunos. Sugere-se que seja proposta uma “Tarefa”, onde o aluno vai interpretar uma situação real de uso ou ele mesmo irá desempenhar uma situação real, por meio de gravações de áudio, vídeo ou texto. Tais tarefas serão avaliadas

módulo a módulo, de maneira que, ao final da disciplina, o aluno será submetido a uma avaliação global dos conhecimentos e habilidades adquiridas.

Em relação à metodologia sugerida, por se tratar de um curso voltado para a conversação, tanto o método audiolingual baseado na repetição para assimilação de padrões orais de comunicação, como tarefas mais significativas como *role-plays* e estudos de caso.

A frequência mínima de 75% foi estabelecida conforme preconizado na Matriz Curricular Nacional (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014, p. 68).

3.2.2 Da ementa do curso

Conforme a MCN, a ementa do curso tem por objetivo subsidiar a prática pedagógica dos formadores, de maneira a estabelecer uma unidade de pensamento e ações formativas dentro da segurança pública. A ementa foi elaborada seguindo os padrões preconizados pela MCN, incorporando todos os itens do plano de ensino que a embasa, com o incremento do Mapa de Competências e dos aspectos conceituais, procedimentais e atitudinais a serem trabalhados. As competências são: capacidade de agir com assertividade, capacidade de persuasão e argumentação e capacidade de raciocínio verbal. De modo a operacionalizar o desenvolvimento das competências, são elencados aspectos conceituais como “conhecer a linguagem e suas funções”, aspectos procedimentais (ler e interpretar textos em inglês) e aspectos atitudinais (reconhecimento da comunicação como fator preponderante para as relações interpessoais no âmbito profissional)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa guarda determinada originalidade na medida em que pretendeu realizar uma investigação capaz de articular conhecimentos teóricos e práticos para propor uma solução inédita para o problema de pesquisa apontado no âmbito da APMB/PMDF. A proposta de ensino de Inglês para a Polícia Militar atende à necessidade de uso do idioma na rotina de atividades policiais, enfocando basicamente a conversação (falar e ouvir em inglês) em contextos de interação com pessoas estrangeiras tanto em ocorrência como também em missões de cooperação com agências internacionais. No entanto, não deixa de apresentar limitações: restringiu-se a desenvolver uma proposta de ensino de Inglês para a Polícia Militar, com o fito de elevar a proficiência em inglês do policial militar do Distrito Federal, delineando seus objetivos, conteúdo programático e formas de avaliação. Passo seguinte é o de selecionar e adaptar materiais de ensino que atendam aos objetivos, além de implementar e avaliar o curso, de maneira a verificar sua efetividade e realizar os ajustes de acordo com as demandas verificadas. Outra sugestão para pesquisas e trabalhos futuros é de desenvolver materiais didáticos cada vez mais adequados às necessidades do policial militar. Além disso, os conceitos teóricos apresentados neste trabalho, os quais serviram de norte para a elaboração do *syllabus* do curso poderão fundamentar, em trabalhos futuros, a seleção, criação e adaptação dos materiais didáticos para o curso.

De outra monta, sob a égide do valor “cientificismo” preconizado no mesmo Plano Estratégico, reconhece-se a significativa importância do domínio do idioma para o acesso ao conhecimento produzido em pesquisas científicas da área policial, em sua grande maioria publicada em diretórios acadêmicos em língua inglesa. Uma vez que as Ciências Policiais é uma ciência relativamente nova no Brasil, não dispondo de corpo robusto de pesquisas na área e considerando que deve-se fomentar a protagonização das investigações nesse campo do conhecimento pelos próprios policiais militares, é fundamental que os pesquisadores integrantes corporação tenham acesso à literatura especializada em inglês, bem possam publicar suas pesquisas no idioma. Assim, propõe-se para pesquisas futuras a implementação de capacitação linguística do policial militar em Inglês para Fins Acadêmicos nos cursos de Bacharelado em Ciências Policiais e Tecnólogo em Segurança Pública.

REFERÊNCIAS

- BOYLE, C; CHERSAN, I. **English for Law Enforcement**. New York: Macmillan, 2009.
- BRASIL. Constituição 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. p. 15.
- BRASIL. Secretaria Nacional de Justiça. **Tráfico de Pessoas: Uma abordagem para os Direitos Humanos**. 1ª ed. Brasília: Ministério da Justiça, 2013.
- BREEN, M. P. Syllabus design. In: CARTER, R.; NUNAN, D. **The Cambridge Guide to Teaching English to Speakers of Other Languages**. London: Cambridge University Press, 2001. p. 151 - 159
- BROWN, H. D. **Principles of Language Learning and Teaching**. New York: Longman, 2000.
- CODEPLAN. **Demografia em foco: evolução dos movimentos migratórios para o Distrito Federal: 1959 a 2010**. Brasília, 2013.
- CRYSTAL, D. **English as global language**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y .S. Entering the Field of Qualitative Research. In: _____ (Eds.) **Strategies of Qualitative Inquiry**. USA: Sage Publications, 1998. p. 01-34.
- DUBIN, F.; OLSHTAIN, E. **Developing Programs and Materials for Language Learning**. UK: Cambridge University Press, 1986.
- DUDLEY-EVANS, T.; ST. JOHN, M. J. **Developments in English for Specific Purposes**. UK: Cambridge, 2010.
- DÖRNYEI, Z. **Research Methods in Applied Linguistics**. Oxford: Oxford University Press, 2011.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GRAVES, K. **Designing Language Courses: A Guide for Teachers**. UK: Heinle & Heinle, 2000.
- HENRIQUES, M. S. **Comunicação e mobilização social na prática de polícia comunitária**. São Paulo: Autêntica, 2010.
- HESS, K. M.; ORTHMANN, C. H. Communication: a critical management skill. In: _____ . **Management and supervision in Law Enforcement**. 6th ed. New York, Delmar Cengage Learning, 2009. p. 100-133.
- HESS, K. M.; ORTHMANN, C. H.; CHO, H. **Police Operations: Theory and Practice**. 6th ed. New York: Delmar Cengage Learning, 2014.
- HUTCHINSON, T.; WATERS, A. **English for Specific Purposes: A learning-centred**

approach. UK: Cambridge University Press, 1987.

INSTITUTO MIGRAÇÕES E DIREITOS HUMANOS (IMDH). **Relatório de atividades 2019.** Brasília, 2019.

MELO NETO, S. C. A. **Inglês para policial: Volume I – Básico.** Recife: Inoveprimer, 2020.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Matriz Curricular Nacional para ações formativas dos profissionais de área de segurança pública.** Brasília: 2014.

MONTEIRO, L. A. C. **Análise de Necessidades de Língua Inglesa para Bombeiros de Aeronáutica.** 2015. 161 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2015.

MOORE, C. Lost without translation. **Law Enforcement Technology Magazine**, october 2008. p. 100-107.

NUNAN, D. **Syllabus Design.** Oxford: Oxford University Press, 2012.

POLÍCIA FEDERAL. Relatório Mensal do Observatório das Migrações Internacionais. **Acompanhamento de fluxo e empregabilidade dos imigrantes no Brasil.** Ano 1, n. 1, jan-2020.

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL. Lei nº 7.289, de 18 de dezembro de 1984. **Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais-Militares da Polícia Militar do Distrito Federal e dá outras providências.** 1984. Distrito Federal. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7289.htm Lei 7.289/1984> Acesso em 12 de out. de 2020.

_____. Lei nº 12.086, de 6 de novembro de 2009. **Dispõe sobre os militares da Polícia Militar do Distrito Federal e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal; altera a Lei 7.289, de 18 de dezembro de 1984.** 2009. Distrito Federal. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112086.htm> Acesso em 12 de out. de 2020.

_____. Estatuto dos Policiais Militares do Distrito Federal. Lei nº 12.086/2009
POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL. **Plano Estratégico 2011-2022.** 2ª edição revisada e atualizada. Brasília: PMDF, 2015.

RAMOS, R. C. G. Gêneros textuais: uma proposta de aplicação em cursos de inglês para fins específicos. **The ESPECIALIST**, nº 25: 107-129, 2004.

ROBINSON, P. **ESP Today: A Practitioner's Guide.** UK: Prentice Hall International, 1991.

SEIDLHOFER, B. **Understanding English as a Lingua Franca: A Complete Introduction to the Theoretical Nature and Practical Implications of English used as a Lingua Franca.** Oxford University Press, 2011.

SHAH, S.; RAHMAN, I.; KHASHU, A. **Overcoming Language Barriers: Solutions for Law Enforcement**. New York: Vera Institute of Justice, 2007. Disponível em: <<http://www.cops.usdoj.gov> and <http://www.vera.org/overcomelangbarriers>>.

STAKE, R. E. Case studies. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Eds.) **Strategies of Qualitative Inquiry**. USA: Sage Publications, 1998. p. 86-109.

_____. **Qualitative Research. Studying how things work**. New York: The Guilford Press, 2010.

STETSENKO, A.; ARIEVITCH, I. Teaching, learning, and development: a postvygotskian perspective. In: Wells, G.; Claxton, G (coords). **Learning for Life in the 21st Century**. Oxford: Blackwell, 2002.

STREVENS, P. ESP after 20 years: a re-appraisal. In: TICKOO, M. **ESP: state of the art**. Anthology Series 21, SEAMEO Regional Language Center, 1988.

TIMBANE, A. A. A relevância do ensino de línguas estrangeiras na formação de policiais em Moçambique. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo**, v. 14, n. 1, jan-abr/2018. Pp. 119-139.

TOMLINSON, B. Materials Development. In: CARTER, R.; NUNAN, D. **The Cambridge Guide to Teaching English to Speakers of Other Languages**. London: Cambridge University Press, 2001. p. 66-71.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZANFAROLI, S. C. Etnopaisagens emergentes na periferia de Brasília: os migrantes e as apropriações socioculturais da cidade. **Revista Latinoamericana de Comunicación**, n. 130, dez-2015. Equador: CIESPAL, 2015.

APÊNDICE A – Plano de Ensino

PLANO DE ENSINO			
Nome da Disciplina	Inglês para a Polícia Militar		
Carga horária total:	60h/aula		
Objetivos:	<p>Objetivo geral:</p> <p>O curso, destinado a policiais militares, tem por objetivo capacitá-los na comunicação em língua inglesa no desempenho de suas atividades de policiamento em interação com pessoas não falantes do português, membros da comunidade, vítimas e infratores, além de membros de organismos internacionais. O curso pretende equipar seus usuários com a linguagem e habilidades comunicacionais necessárias para operar efetivamente em situações envolvendo estrangeiros no contexto de segurança pública.</p> <p>Objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Empregar, oralmente e por escrito, vocabulário e estruturas gramaticais convencionais da língua inglesa; - Reconhecer vocabulário e linguagem específica em inglês no contexto da atividade policial militar; e - Pronunciar corretamente termos e estruturas da língua inglesa. 		
Justificativa:	O domínio do idioma inglês pelos policiais militares contribui para que a corporação se aproxime cada vez mais da comunidade estrangeira no DF, dentro do propósito da Polícia Comunitária, além de ampliar a candidatura e representatividade de policiais da corporação em cursos/estágios e missões no exterior.		
Conteúdos programáticos:	<table style="width: 100%; border: none;"> <tr> <td style="width: 50%; vertical-align: top;"> <p>Unidade I:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Basic conversation (introductions, numbers, time, seasons, cardinal points, etc) <p>Unidade II:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Basic terminology (describing your job, talking about routine police work, describing basic law enforcement activities) <p>Unidade III:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Police operations (patrolling, roll call, dispatch, stop and frisk, arrests) <p>Unidade IV:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Traffic and vehicles (stopping a vehicle, checking documents, explaining traffic offences and penalties) <p>Unidade V:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Emergency calls (calming down and reassuring; describing an assault, describing an assailant, describing a road traffic accident, dealing with injuries, asking questions about an incident) <p>Unidade VI:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Theft crimes (describing a suspect, describing a theft). </td> <td style="width: 50%; vertical-align: top;"> <p>Unidade VII:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Civil disorder (dealing with civil disorder, restraining a suspect, making an arrest, giving orders, policing major events) <p>Unidade VIII:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Managing crisis: negotiating with kidnappers <p>Unidade IX:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Community policing/tourist police (giving information; giving directions, missing person, giving a warning, dispersing onlookers) <p>Unidade X:</p> <ul style="list-style-type: none"> - International cooperation (email language; telephoning; requesting information and assistance; liaising with overseas counterparts) </td> </tr> </table>	<p>Unidade I:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Basic conversation (introductions, numbers, time, seasons, cardinal points, etc) <p>Unidade II:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Basic terminology (describing your job, talking about routine police work, describing basic law enforcement activities) <p>Unidade III:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Police operations (patrolling, roll call, dispatch, stop and frisk, arrests) <p>Unidade IV:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Traffic and vehicles (stopping a vehicle, checking documents, explaining traffic offences and penalties) <p>Unidade V:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Emergency calls (calming down and reassuring; describing an assault, describing an assailant, describing a road traffic accident, dealing with injuries, asking questions about an incident) <p>Unidade VI:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Theft crimes (describing a suspect, describing a theft). 	<p>Unidade VII:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Civil disorder (dealing with civil disorder, restraining a suspect, making an arrest, giving orders, policing major events) <p>Unidade VIII:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Managing crisis: negotiating with kidnappers <p>Unidade IX:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Community policing/tourist police (giving information; giving directions, missing person, giving a warning, dispersing onlookers) <p>Unidade X:</p> <ul style="list-style-type: none"> - International cooperation (email language; telephoning; requesting information and assistance; liaising with overseas counterparts)
<p>Unidade I:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Basic conversation (introductions, numbers, time, seasons, cardinal points, etc) <p>Unidade II:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Basic terminology (describing your job, talking about routine police work, describing basic law enforcement activities) <p>Unidade III:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Police operations (patrolling, roll call, dispatch, stop and frisk, arrests) <p>Unidade IV:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Traffic and vehicles (stopping a vehicle, checking documents, explaining traffic offences and penalties) <p>Unidade V:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Emergency calls (calming down and reassuring; describing an assault, describing an assailant, describing a road traffic accident, dealing with injuries, asking questions about an incident) <p>Unidade VI:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Theft crimes (describing a suspect, describing a theft). 	<p>Unidade VII:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Civil disorder (dealing with civil disorder, restraining a suspect, making an arrest, giving orders, policing major events) <p>Unidade VIII:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Managing crisis: negotiating with kidnappers <p>Unidade IX:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Community policing/tourist police (giving information; giving directions, missing person, giving a warning, dispersing onlookers) <p>Unidade X:</p> <ul style="list-style-type: none"> - International cooperation (email language; telephoning; requesting information and assistance; liaising with overseas counterparts) 		
Metodologia:	<ul style="list-style-type: none"> -Compreensão oral (<i>listening</i>): <i>gap filling</i>, <i>note taking</i>, reorganizar sentenças, fazer inferências, relacionar palavras e expressões -Produção oral (<i>speaking</i>): oficinas de conversação, debates, <i>role-plays</i>, gravação de vídeos, técnica audiolingual (listen/repeat) -Aquisição de vocabulário: <i>labelling</i>, <i>gap filling</i>, sinônimos/antônimos; verbos frasais x cognatos; utilizando um dicionário <i>online</i>, inferência de significados através do contexto. 		

	-As atividades devem contemplar as habilidades comunicativas especialmente de conversação, por meio de interações com os pares, com o professor, tanto na modalidade à distância, como presencial.
Avaliação	O aluno será avaliado durante o processo de aprendizagem, por meio de atribuição de notas de tarefas designadas, bem como por meio de um exame ao final de cada módulo, o qual deverá consistir em uma tarefa comunicativa simulando situação real de uso do idioma em contexto de atividade policial.
Frequência mínima:	75%
Referências	BOYLE, C.; CHERSAN, I. English for Law Enforcement . Macmillan, 2015. HESS, K. M.; ORTHMANN, C. H.; CHO, H. Police Operations: Theory and Practice . New York: Delmar Cengage Learning, 2014. MELO NETO, S. C. A. Inglês para Policial. Volume 1 . Recife: Renoprimer, 2020. SWAN, Michael. Practical English Usage . Oxford: Oxford University Press, 2005.

APÊNDICE B – Ementa da Disciplina

EMENTA DA DISCIPLINA	
Nome da Disciplina	Inglês para a Polícia Militar
Mapa de Competências	<ul style="list-style-type: none"> - Capacidade de agir com assertividade; - Capacidade de persuasão e argumentação (poder de convencimento, de argumentar e contra-argumentar); - Capacidade de raciocínio verbal (expressar-se com facilidade, ter fluência verbal e escrita); - Ter capacidade de se comunicar (expressar) em situações diversas.
Carga horária:	60h/aula
Objetivos:	<p>Objetivo geral:</p> <p>O curso, destinado a policiais militares, tem por objetivo capacitá-los na comunicação em língua inglesa no desempenho de suas atividades de policiamento em interação com pessoas não falantes do português, membros da comunidade, vítimas e infratores, além de membros de organismos internacionais. O curso pretende equipar seus usuários com a linguagem e habilidades comunicacionais necessárias para operar efetivamente em situações envolvendo estrangeiros no contexto de segurança pública.</p> <p>Objetivos específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Empregar, oralmente e por escrito, vocabulário e estruturas gramaticais convencionais da língua inglesa; - Reconhecer vocabulário e linguagem específica em inglês no contexto da atividade policial militar; e - Pronunciar corretamente termos e estruturas da língua inglesa.
Descrição da disciplina	<p>O domínio do idioma pelos policiais militares do Distrito Federal amplia a possibilidade de interação e obtenção de informações do público estrangeiro em operações de policiamento ostensivo. No âmbito profissional, a disciplina contribui para a formação linguística dos policiais, desenvolvendo competências comunicativas no idioma como a aquisição de vocabulário, técnicas de conversação e apropriação de estratégias de comunicação, como paráfrase, aproximação, circunlóquio, perguntas de checagem, negociação de significados, além de desenvolver sua competência cultural no idioma em estudo. A disciplina está alinhada ao desenvolvimento das competências profissionais preconizadas na Matriz Curricular Nacional, por meio de conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais, conforme relacionados a seguir:</p> <p>Aspectos conceituais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conhecer a linguagem e suas funções - Identificar a forma oral e escrita, bem como aspectos relacionados à pronúncia e grafia das palavras e expressões em inglês <p>Aspectos procedimentais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ler e interpretar textos em inglês - Produzir textos orais e escritos em inglês - Utilização de mecanismos específicos de interação com o público; <p>Aspectos atitudinais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reconhecimento da comunicação como fator preponderante para as relações interpessoais no âmbito profissional interno e externo; • Importância do uso adequado da língua em relação a mídia e ao público interno e externo
Conteúdos programáticos:	<p>Unidade I:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Basic conversation (introductions, numbers, time, seasons, cardinal points, etc)

	<p>Unidade II: - Basic terminology (describing your job, talking about routine police work, describing basic law enforcement activities)</p> <p>Unidade III: - Police operations (patrolling, roll call, dispatch, stop and frisk, arrests)</p> <p>Unidade IV: - Traffic and vehicles (stopping a vehicle, checking documents, explaining traffic offences and penalties)</p> <p>Unidade V: - Emergency calls (calming down and reassuring; describing an assault, describing an assailant, describing a road traffic accident, dealing with injuries, asking questions about an incident)</p> <p>- Theft crimes (describing a suspect, describing a theft).</p> <p>Unidade VII: - Civil disorder (dealing with civil disorder, restraining a suspect, making an arrest, giving orders, policing a large event)</p> <p>Unidade VIII: - Managing crisis: negotiating with kidnappers</p> <p>Unidade IX: - Community policing/tourist police (giving information; giving directions, missing person, giving a warning, dispersing onlookers)</p> <p>Unidade X: - International cooperation (email language; telephoning; requesting information and assistance; liaising with overseas counterparts)</p>
Metodologia:	Método audiolingual (ouvir e repetir), oficinas de conversação, debates, <i>role-plays</i> , gravação de vídeos. As atividades devem contemplar as habilidades comunicativas sobretudo de conversação, por meio de interações com os pares, com o professor, tanto na modalidade à distância, como presencial.
Avaliação da aprendizagem	O aluno será avaliado durante o processo de aprendizagem, por meio de atribuição de notas de tarefas designadas, bem como por meio de um exame ao final de cada módulo, o qual deverá consistir em uma tarefa comunicativa simulando situação real de uso do idioma em contexto de atividade policial.
Referências	<p>BOYLE, C.; CHERSAN, I. English for Law Enforcement. Macmillan, 2015.</p> <p>HESS, K. M.; ORTHMANN, C. H.; CHO, H. Police Operations: Theory and Practice. New York: Delmar Cengage Learning, 2014.</p> <p>MELO NETO, S. C. A.. Inglês para Policial. Volume 1. Recife: Renoprimer, 2020.</p> <p>SWAN, Michael. Practical English Usage. Oxford: Oxford University Press, 2005.</p>
